

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Patrícia Vianna e Souza

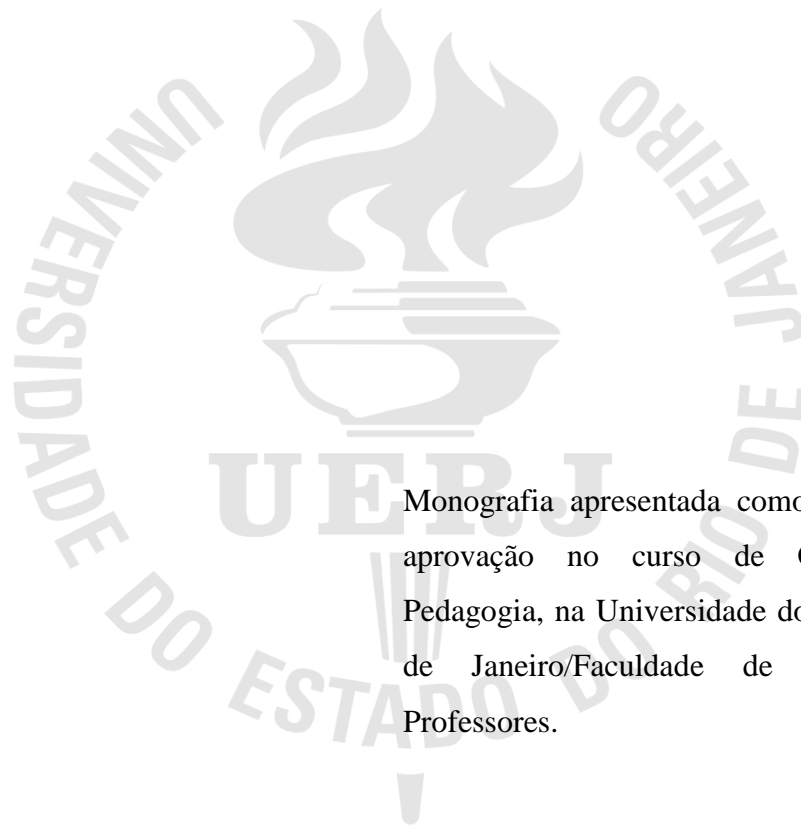
A Socialização por meio da Brincadeira na Educação Infantil

SÃO GONÇALO/RJ

2014.1

Patrícia Vianna e Souza

A Socialização por meio da Brincadeira na Educação Infantil



Monografia apresentada como requisito para aprovação no curso de Graduação em Pedagogia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tânia Maria Costa Nhary

SÃO GONÇALO/RJ

2014.1

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

S729 Souza, Patrícia Vianna.

A Socialização por meio de brincadeira na educação infantil/
Patrícia Vianna e Souza. - 2014.

67f.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Tânia Maria Costa Nhary.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do
Estado

do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Socialização. 2. Educação de crianças 3. Jogos educativos I.
Nhary, Tânia Maria Costa. I.Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Faculdade de Formação de Professores III. Título.

CDU 37-053.2

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste projeto final.

Assinatura

Data

Patrícia Vianna e Souza

A Socialização por meio da Brincadeira na Educação Infantil

Monografia apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, à Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em de de .

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Tânia Maria Costa Nhary (orientadora)

Faculdade de Formação de Professores da UERJ

Prof.^a Dr.^a. Maria Lúcia de Abrantes Fortuna (parecerista)

Faculdade de Formação de Professores da UERJ

São Gonçalo

2014.1

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de ter voltado a estudar, pelos conhecimentos que pude adquirir durante esses quatro anos em que estive estudando na FFP, pelas amizades que fiz, pela perseverança, sabedoria e saúde para continuar a minha caminhada.

À Prof.^a Dr.^a. Tânia Marta Costa Nhary, minha orientadora, pela paciência, compreensão e dedicação que teve comigo, porque sem a sua ajuda eu não teria conseguido concluir minha monografia.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar de que forma a brincadeira contribui para o processo de socialização da criança na faixa etária de 4 a 5 anos no contexto da Educação Infantil, visto que a brincadeira, o jogo e o brincar são atividades que colaboram no processo de sociabilidade, construção da aprendizagem e do conhecimento para a criança. Dessa forma, pensando no fator educacional, este trabalho pretende mostrar a importância da brincadeira para socialização e desenvolvimento da criança na Educação Infantil. Para a elaboração deste estudo teórico foram utilizadas as contribuições de, Philippe Ariès (2012), Lev Semenovitch, Vigotski¹ (2007), Jean Piaget (1999), Tizuko Kischimoto (2011), Sônia Kramer (1987), Gisela Wajskop (2009) e o Referencial Curricular Nacional para Educação infantil, entre outros que desenvolveram pesquisas acerca do desenvolvimento da criança. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico que, pautando-se nos autores supracitados, remete ao entendimento de que o jogo e a brincadeira na educação infantil são elementos de grande cunho socializador, assim como promovem o desenvolvimento integral da criança nos aspectos cognitivos, emocionais, afetivos e sociais, logo, devem fazer parte de propostas pedagógicas, sobretudo neste segmento de ensino, visto o aspecto lúdico característico dessa faixa etária.

Palavras-chave: Educação Infantil. Infância. Jogos. Brincadeira. Socialização. Interação.

¹ Em alguns livros o nome de Vigotski aparece escrito como Vygotsky e Vigotskii, por isso neste trabalho será adotado as três formas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 – A HISTÓRIA E ORIGENS DAS BRINCADEIRAS E DOS JOGOS INFANTIS	
1.1 – As brincadeiras de ontem e hoje.....	14
1.2 – O brinquedo e suas definições	17
2 – UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	
2.1 – A Origem da Educação Infantil no Brasil.....	22
2.2 – A infância no Oriente e no Brasil.....	27
2.3 – O Espaço da Educação Infantil	33
3 – A IMPORTÂNCIA DA SOCIALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
3.1– O desenvolvimento humano na teoria histórico-cultural do teórico Vygotsky.....	37
3.2 – A questão da interação social à luz de Vygotsky e Piaget.....	42
3.3 – A brincadeira e o jogo como experiência social para as crianças.....	48
3.4 – A brincadeira e o papel do professor na Educação Infantil.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	65

INTRODUÇÃO

O meu interesse pela área da educação infantil começa a partir do momento em que comecei a cursar a disciplina Educação Infantil II, no quarto período, com a professora Tânia Nhary. Durante esse período, despertou em mim uma curiosidade em buscar conhecer melhor o universo infantil. Após o término dessa disciplina, passei a observar as crianças em vários espaços, como pracinhas, praias, festas de aniversário, pontos de ônibus, com o intuito de conhecer um pouco mais sobre o universo infantil, como elas agem, comunicam-se, a maneira como as crianças interagem com o mundo etc.

Nesse sentido, uma das coisas que mais me contagia na educação infantil são os espaços destinados às brincadeiras e à contação de histórias. Ao brincar, a criança vivencia experiências, compartilha saberes, mantém relações intrapessoais e interpessoais, interage com a natureza e com o corpo. Na contação de história, a criança desenvolve o pensamento crítico, a linguagem, pode recontar uma história que já conheça etc.

Mediante ao que mencionei, escolhi o tema devido ao desejo que tenho de trabalhar na área da Educação Infantil, pois é uma área que requer do educador certa sensibilidade em saber lidar com as crianças que estão em processo de formação da personalidade, identidade, autonomia e construção de conhecimento de mundo.

Observo que hoje, quase não encontramos mais nas grandes cidades, espaços livres para as crianças brincarem, terem contato com a natureza, com outras crianças da mesma faixa etária delas ou mais velhas, onde elas possam brincar com areia, terra, folhas de árvores, brincar de fazer comidinha etc., as casas, não possuem mais terrenos com grandes espaços, no qual as crianças possam usufruir, com árvores etc. Outro aspecto encontrado refere-se à urbanização e a falta de segurança nas grandes cidades, os pais não se sentem seguros em deixar seus filhos brincarem, mais nas calçadas, nas ruas, nas casas dos vizinhos. Percebo atualmente que as crianças estão cada vez mais perdendo o espaço da brincadeira em seu cotidiano. O mundo atual necessita de que a sociedade esteja a todo o momento interagindo, socializando-se cada vez mais, seja nos espaços públicos ou privados. A criança, como integrante da sociedade, participa desse processo de interação social e socialização através da brincadeira, seja ela realizada dentro ou fora do ambiente escolar. Sabemos que a brincadeira faz parte do cotidiano da criança. Elas brincam em vários espaços, dentro de casa com a família, na praia, na pracinha com outras crianças, mas esse brincar fora do universo escolar é um brincar diferente do realizado no espaço da Educação Infantil. A brincadeira, fora do ambiente escolar é uma atividade livre, onde a criança pode brincar de maneira mais

descontraída, têm liberdade de vivenciarem novas aventuras, ou seja, ela cai e se levanta como nada tivesse acontecido, se machuca, corre, pula etc.; a criança quando brinca em outros espaços fora do meio escolar, não há uma cobrança tão rigorosa como existe na escola, onde as crianças são obrigadas a se comportarem, para que não atrapalhem as demais turmas que estão em sala de aula como, por exemplo, não podem gritar e correr. No espaço da Educação Infantil, a criança brinca sempre sob um olhar atento de uma professora, uma recriadora ou coordenadora que estão sempre por perto as observando, acompanhando as atitudes e movimentos delas, de modo que elas não machuquem umas as outras enquanto brincam; as brincadeiras podem ser livres ou dirigidas, mas sempre vigiadas e controladas pelo adulto; há também um número maior de crianças onde elas possam interagir, durante uma brincadeira e outra pode haver um conflito, briga entrem elas etc. Dessa forma, as instituições de educação infantil se apresentam como um importante lugar para que as crianças possam experimentar essa atividade lúdica, pois é indispensável para o seu desenvolvimento, uma vez que possibilita a percepção, a imaginação, a fantasia e os sentimentos. Alguns educadores consideram importante o brincar como eixo central no projeto pedagógico. Porém, outras instituições consideram o espaço da educação infantil como destinado a recreação. Na atualidade, as propostas desenvolvidas na educação infantil são divididas entre as que defendem uma escola com ênfase na alfabetização e as que defendem a brincadeira, valorizando a socialização e a recriação como experiências.

Na época da minha infância, as crianças desenvolviam brincadeiras coletivamente nas ruas, nas calçadas, e as brincadeiras eram transmitidas de uma geração a outra como: as brincadeiras de roda, passar anel, cabra-cega, corda, estátua, telefone sem fio, amarelinha etc. Brincadeiras como essas fizeram parte da minha infância. Eu e minhas colegas ficávamos horas brincando na calçada em frente a minha casa. Com o tempo, algumas brincadeiras foram substituídas por outras e perderam seu espaço nas ruas.

Devido ao crescimento das cidades e o dia-a-dia corrido das pessoas em busca pela sobrevivência, esse brincar com a criança vem perdendo seu espaço no cotidiano infantil, ficando cada vez mais em segundo plano. Os adultos estão esquecendo que os jogos, brinquedos e brincadeiras fazem parte do mundo da criança. As crianças estão brincando menos por várias razões, como por exemplo, o amadurecimento precoce, a redução de espaço físico, entre tantos outros fatores. Percebe-se assim que as brincadeiras que envolvem a dinâmica corporal, que envolvem as trocas sociais estão ficando cada vez mais escassas, seja por falta de espaços no âmbito das residências, pelo perigo de brincar nas ruas, pelos brinquedos serem cada vez mais autônomos, pelo próprio estado de solidão em que vivem

muitas crianças cujos pais e responsáveis necessitam trabalhar e que pouco valorizam o brincar.

É nesse contexto que a Educação Infantil entra em cena como um espaço alternativo e dedicado para criança não só para brincar, mas como um espaço que oferece às crianças a possibilidade de ampliar e melhorar o vocabulário e condutas de convivência social, devido ao grande número de parceiros que podem ampliar as experiências para o desenvolvimento infantil. Nessa perspectiva, a interação da criança no espaço escolar é importante, porque o espaço escolar é um lugar rico em oferecer a elas trocas de experiências, tanto com crianças da mesma faixa etária delas, quanto com crianças de outra faixa etária. O convívio social no espaço escolar dá oportunidade para as crianças conviverem com crianças mais velhas.

Na atualidade é cada vez mais frequente a inserção da criança pequena no espaço da educação infantil. Atualmente ainda encontramos alguns pais que, ao procurarem uma instituição de educação infantil, preocupam-se apenas em deixar a criança num espaço onde ela possa receber assistência durante o dia, enquanto eles estão no trabalho.

Os futuros educadores sabem que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e é destinado ao atendimento de crianças de zero a seis anos de idade incompletos, propiciando às crianças dessa faixa etária o bem-estar físico, afetivo-social e intelectual, por meio de atividades lúdicas que criam oportunidades de desenvolvimento, a fim de estimular a curiosidade, a espontaneidade e a harmonia. Sendo assim, a Educação Infantil é um espaço importante para promover nas crianças a curiosidade do mundo que as cerca. Tem como um de seus objetivos ampliar o universo cultural e social da criança.

Em nossa sociedade, quando falamos em Educação Infantil, algumas pessoas podem associá-la como um espaço onde a criança passa a maior parte do seu tempo com atividades que envolvem brincadeiras, músicas infantis etc., devido há vários motivos, e um deles pode estar relacionado à falta de informação, esclarecimento acerca dos objetivos e das finalidades do atendimento referentes ao espaço de Educação Infantil. Nesse sentido, muitas famílias ao deixarem seus filhos numa instituição de educação infantil, não compreendem como ela é importante para o desenvolvimento deles.

Diante do que foi exposto, despertei meu interesse em desenvolver um tema que abordasse esse universo tão importante para as crianças que estão iniciando na instituição da Educação Infantil, com objetivo de conhecer melhor o universo infantil.

Nessa perspectiva, me propus a realizar uma pesquisa que abordasse a questão da socialização das crianças na faixa etária de 4 a 5 anos de idade. Pensando nessa questão, me

interessei em desenvolver como tema de conclusão do curso de Pedagogia “A Socialização por meio da brincadeira na Educação Infantil”.

O presente trabalho tem por objetivo investigar de que forma a brincadeira contribui para o processo de socialização da criança na faixa etária de 4 a 5 anos no contexto da Educação Infantil, pois a brincadeira, o jogo e o brincar são atividades que colaboram no processo de sociabilidade, construção da aprendizagem e do conhecimento para a criança. Dessa forma, pensando no fator educacional, este trabalho pretende mostrar, a importância da brincadeira para socialização e desenvolvimento da criança na Educação Infantil.

Para a elaboração desta pesquisa utilizaremos como referencial teórico metodológico a perspectiva histórico-cultural segundo Vigotsky 2007, que defende a ideia referente ao desenvolvimento humano, a aprendizagem relacionada com a influência cultural, onde a criança desde seu nascimento interage com a cultura em que está inserida, através do brincar e da brincadeira. Utilizaremos também o autor Philippe Ariès 2012, por ser um historiador que estudou a sociedade na Idade Média e, quando se fala em Educação Infantil no mundo, ele é uma das referências; o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil 1998, por se tratar de um documento que visa auxiliar os profissionais que atuam na Educação Infantil, da elaboração do trabalho pedagógico ao atendimento de crianças de zero a seis anos; os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, por ser um documento que estabelece padrão de referência para a organização e funcionamento das Instituições de Educação Infantil e tem como objetivo promover a igualdade de oportunidade educacional a todas as crianças atendidas na instituição de Educação Infantil, entre outros.

O presente trabalho será organizado em três capítulos: No primeiro capítulo apresentaremos um breve contexto histórico da origem da brincadeira e do jogo infantil durante o século XVII, utilizando como referencial teórico o autor Philippe Ariès, pois pretendeu mostrar como a concepção do brincar vem se construindo no âmbito educacional e em seguida mostraremos os significados da brincadeira e do jogo na concepção dos teóricos Kishimoto, Wajskop, Friedmann, Vygotsky. O segundo capítulo abordaremos a origem da Educação Infantil no Brasil, utilizando como suporte teórico autores como Sônia Kramer, Vera M^a Ramos de Vasconcellos entre outros educadores que tanto contribuíram para compreendermos o contexto sócio histórico da Educação Infantil no Brasil. No terceiro capítulo, a concepção de Vygotsky e Jean Piaget em relação à socialização entre as crianças e o papel do educador na escola em relação às brincadeiras.

CAPÍTULO I – A HISTÓRIA E ORIGENS DAS BRINCADEIRAS E DOS JOGOS INFANTIS

1.1- As brincadeiras de ontem e hoje

Desde a Idade Média, do século V ao XV, os jogos, brinquedos e as brincadeiras eram comuns em toda a sociedade, independentemente da idade ou classe social. Era um dos principais meios que a sociedade utilizava para estreitar seus laços com outras famílias. O jogo ocupava um lugar importante na sociedade. “Graças ao diário do médico Heroard, podemos imaginar como era a vida de uma criança no início do século XVII, como era suas brincadeiras, e a que etapa de seu desenvolvimento físico e mental cada uma delas correspondia.” (ARIÉS, 2012, p.42)

Ao longo dos anos, as brincadeiras e os jogos sofreram mudanças. Durante o século XVII, as brincadeiras e os jogos faziam parte tanto do mundo dos adultos como do das crianças. Os adultos e as crianças brincavam das mesmas brincadeiras, brincavam em conjunto, participavam dos mesmos jogos dos adultos. Algumas brincadeiras eram realizadas no cotidiano e outras em comemorações e festividades coletivas, essas atividades os levavam a estabelecer relações sociais. “Na antiguidade, as crianças participavam, tanto quanto os adultos, das mesmas festas, dos mesmos ritos e mesmas brincadeiras.” (WAJSKOP, 1995, p.62).

Na sociedade antiga, o trabalho não ocupava tanto tempo do dia nem tinha tanta importância na opinião comum: não tinha o valor existencial que lhe atribuímos há pouco mais de um século. Mal podemos dizer que tivesse o mesmo sentido. Por outro lado, os jogos e os divertimentos estendiam-se muito além dos momentos furtivos que lhes dedicamos: formavam um dos principais meios de que dispunha uma sociedade para estreitar seus laços coletivos, para se sentir unida. (ARIÉS, 2012, p.51)

Os brinquedos eram os mesmos para ambos, as crianças brincavam de cavalinho de pau, pião, cabra-cega, esconde-esconde, peteca, brincadeira de mimica, jogo de rimas, jogos de salão brincadeira onde a pessoa tinha que adivinhar profissões, jogo de xadrez e de cartas, dados, jogos de azar. Os meninos também brincavam de bonecas com as meninas e se vestiam da mesma forma. Como podemos notar, durante o século XVII não havia a separação entre as brincadeiras de meninas e meninos; ambos podiam brincar das mesmas brincadeiras e de bonecas, sem preconceitos.

Parece, portanto, que no início do século XVII não existia uma separação tão rigorosa como hoje entre as brincadeiras e os jogos reservados às crianças e as brincadeiras e os jogos dos adultos. Os mesmos jogos eram comuns a ambos. (ARIÉS, 2012, p.46)

Segundo Ariès, “os jogos eram comuns a todos, independentemente da condição social.” (2012 p.68). Essas brincadeiras envolviam tanto os adultos como crianças.

Os adultos do século XVII gostavam das brincadeiras de pião, bola, jogo de peteca. As crianças de hoje, brincam dessas mesmas brincadeiras que no passado serviam de entretenimento para os adultos.

Segundo Ariès 2012, as brincadeiras do século XVII, estão relacionadas ao simbolismo religioso que as brincadeiras representavam na época, como nas festas religiosas de natal, São João etc.

Com o tempo, a brincadeira e libertou de seu simbolismo religioso e perdeu seu caráter comunitário, tornando-se ao mesmo tempo profana e individual. Nesse processo, ela foi cada vez mais reservada às crianças, cujo repertório de brincadeiras surge então como o repositório de manifestações coletivas abandonadas pela sociedade dos adultos e dessacralizadas. (ARIÈS, 2012, p.47)

Para algumas pessoas, o jogo era um divertimento social; para a Igreja e os defensores que lutavam pelos bons costumes e pela ordem moral, o jogo era comparado a atividades criminosas, alcoolismo, prostituição, um vício, inadequados para as crianças.

Gradativamente, (...), esses jogos, brincadeiras e divertimentos passam a sofrer uma atitude moral contraditória. Por um lado, eram admitidos sem reservas pela grande maioria das pessoas, por outro, eram proibidos e recriminados pelos moralistas e pela Igreja, que os associavam aos prazeres carnais, ao vício e ao azar.

Entretanto, essa atitude de reprovação total modificou-se ao longo do século XVII, principalmente sob a influência dos jesuítas. (WAJSKOP, 1995, p.63)

Esse pensamento de reprovação ao jogo se modificou aos poucos com a presença dos jesuítas. Durante o século XVII, os jesuítas perceberam as possibilidades dos jogos para a educação das crianças e inseriram em seus programas os jogos com objetivo de organizar e civilizar os costumes da sociedade. Dessa forma, a sociedade começou a entender que o jogo poderia ser utilizado como instrumento educativo.

Os jogos reconhecidos como bons foram admitidos e recomendados pelos educadores da época.

Os humanistas do Renascimento perceberam as possibilidades educativas dos jogos e passaram a utilizá-los. Passou-se a considerá-los como uma forma de preservar a moralidade dos “miniadultos”, proibindo-se os jogos considerados “maus” e aconselhando-se aqueles considerados “bons”. (WAJSKOP, 1995, p. 63)

Wajskop (2009) na antiguidade utilizava-se dados, ou seja, jogos didáticos como importante recurso para a educação sensorial.

No entanto, é apenas com a ruptura do pensamento romântico que a valorização da brincadeira ganha espaço na educação das crianças pequenas. Anteriormente, a brincadeira era geralmente considerada como uma fuga ou

recreação e a imagem social da infância não permitia a aceitação de um comportamento infantil, espontâneo, que pudesse significar algum valor em si. (WAJSKOP, 2009, p. 19)

No século XVI, compreende-se a importância dos jogos de exercícios para formação do ser humano e recomenda-se sua utilização como recurso auxiliar de ensino.

Segundo Kishimoto (2011) com o desenvolvimento científico do século XVIII, os jogos passaram por inovações e tornaram-se mais populares e, com a divulgação passaram a ser alvo de críticas, pois antes o seu uso era restrito à educação dos nobres, como os jogos de trilha e o de tabuleiro que divulgavam os eventos históricos e serviam como instrumento para doutrinar a população.

Para Friedmann (1996) e Kishimoto (2011), os jogos e brincadeiras mudaram muito desde o começo do século até os dias atuais, em todos os países em qualquer cultura, em todos os contextos sociais, mas o prazer de brincar não mudou.

A tradicionalidade e a universalidade das brincadeiras infantis são parte da cultura popular de um povo em certo período histórico, práticas abandonadas pelos adultos relacionadas ao folclore, que estão sempre em transformação incorporando novas regras de uma geração a outra. Nesse sentido, o folclore é conhecimento peculiar do povo transmitido oralmente de uma pessoa a outra, de um grupo a outro, e de uma geração a outra por imitação e sem organização de situação formal de ensino- aprendizagem. Podemos considerar o folclore como um elo entre o presente e o passado, facilitando a preservação de valores sociais, uma cultura infantil que serve como veículo de transmissão de elementos culturais aprendidos na rua, e sua origem vem da cultura do adulto. Por exemplo, no passado, povos antigos, como os da Grécia e do Oriente brincavam de amarelinha, empinar papagaios, brincadeiras que até hoje as crianças fazem. Muitas brincadeiras preservam a mesma estrutura, outras, com o tempo, modificam-se, recebendo novos conteúdos.

O processo de transmissão dessas brincadeiras dá-se, normalmente através de uma cultura infantil que apesar de singular é proveniente da cultura do mundo adulto e cujos elementos são incorporados por um processo de aceitação e nela mantidos com o correr do tempo. (WAJSKOP, 2009, p. 36)

As brincadeiras infantis têm como função perpetuar a cultura infantil, pela transmissão oral, transmitir experiência de convivência social das manifestações livres e espontâneas da cultura popular. Para cada grupo, indivíduo e cada geração, ela é parte fundamental da história de vida de cada geração.

Para Friedmann (1996), o folclore é uma cultura popular e tradicional que decodifica a identidade, reproduz símbolos de um povo, traduzem valores, costumes formas de pensamentos e ensinamentos a cada geração. Os jogos infantis são uma forma especial da

cultura folclórica, acumulada através de um longo período de tempo. “O folclore infantil é parte integrante da cultura folclórica; é a manifestação da riqueza natural da criança; suas potencialidades físicas, corporais, motoras, sensórias, intelectuais, emocionais e sociais.” (FRIEDMANN, 1996, p.41).

De acordo com Wajskop (2009) a brincadeira infantil, na concepção sócio antropológica, é considerada como “(...) um fato social, espaço privilegiado de interação infantil e de constituição do sujeito-criança como sujeito humano, produto e produtor de história e cultura.” (WAJSKOP, 2009, p.28).

Grande parte dos brinquedos e brincadeiras das crianças da atualidade, durante o século XVII, fez parte do universo tanto das crianças como dos adultos.

Numa brincadeira de casinha, os meninos também podem participar, ao exercer os papéis de pais, irmãos, tios, médicos, assim como as meninas também podem brincar de soltar pipa, jogar bola de gude etc.

1.2- Definições do conceito brinquedo

Vimos com o historiador Ariés, que a brincadeira sempre esteve presente na vida de adultos e crianças, em todas as culturas. Da mesma forma, Wajskop (2009, p. 19), destaca que:

Desde os primórdios da educação greco-romana, com base nas ideias de Platão e Aristóteles, utilizava-se o brinquedo na educação. Associando a ideia de estudo ao prazer. Platão sugeria ser, o primeiro, ele mesmo, uma forma de brincar.

A palavra brinquedo pode ter vários significados, que depende do ponto de vista de quem brinca, pois qualquer objeto utilizado pela criança pode se tornar um suporte para a brincadeira como, por exemplo, a areia que se transforma em um bolo, um cabo de vassoura se transforma em cavalinho, um folha da árvore se transforma em dinheiro etc. Como podemos notar, a areia, a folha e o cabo de vassoura passaram ter outro significado nas mãos da criança. Todo objeto que a criança pode dar outro significado torna-se um brinquedo para ela.

De acordo com o Dicionário Aurélio (2000, p.109), o conceito de brinquedo está definido de seguinte forma: sm1. Objeto que serve para as crianças brincarem. 2. Jogo (1) de criança; brincadeira. Para Kishimoto (2011), a definição dos conceitos de jogo, brinquedo e brincadeira dependem do contexto em que eles estão inseridos. Por exemplo, a boneca é um

brinquedo para uma criança que brinca de "filhinha", porém o mesmo objeto em certas tribos indígenas significa um símbolo de divindade, objeto de adoração. Assim, uma mesma conduta pode ser interpretada como um jogo ou não, dependendo do significado a ela atribuído, que varia de acordo com as culturas dos envolvidos. Para a autora, o brinquedo estimula a representação do cotidiano, proporciona à criança um mundo imaginário, desperta a criação do lúdico na criança, desenvolve sua oralidade, pode ser utilizado como um objeto de socialização. O brinquedo estimula a representação e a expressão de imagens que reproduz na imaginação aspectos da realidade. O brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança. No brinquedo a criança comporta-se de forma mais avançada do que na atividade da vida real (...). (REGO, 2005, p. 67)

O aprendizado é o responsável por criar a zona de desenvolvimento proximal, na medida em que, em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem a ajuda externa, seriam impossíveis de ocorrer. Esses processos se internalizam e passam a fazer parte das aquisições do seu desenvolvimento individual. (REGO, 2005, p. 74)

Para o psicólogo russo Vigotski (2007), o mundo ilusório e imaginário da criança pequena é, “onde os desejos não realizados podem ser realizados, e esse mundo é o que chamamos de brinquedo. A imaginação é um processo psicológico novo para a criança.” (VIGOTSKI, p.109). A imaginação representa uma forma humana de atividade consciente, ela não se encontra presente na consciência de crianças muito pequena e totalmente ausente nos animais, ou seja, “Como todas as funções da consciência, ela surge originalmente da ação”. (VIGOTSKI p.109). Para o autor, o brincar da criança é imaginação em ação, no brinquedo a criança cria uma situação imaginária.

(...), o brinquedo cria na criança uma nova forma de desejos. Ensina-a a desejar, relacionando seus desejos a um “eu” fictício, ao seu papel no jogo e suas regras. Dessa maneira, as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível de ação real e moralidade. (VIGOTSKI, 2007, p.118).

Brincando a criança cria situações imaginárias, pode assumir diferentes papéis durante a brincadeira, pode se tornar um adulto, outra criança, um animal, também pode mudar de comportamento, agir e se comportar como se ela tivesse mais idade do que realmente tem. Portanto, a brincadeira é um instrumento mediador da aprendizagem. Para o autor:

No brinquedo, a criança projeta-se nas atividades adultas de sua cultura e ensaia seus futuros papéis e valores. Assim, o brinquedo antecipa o desenvolvimento; com ele a criança começa a adquirir a motivação, as habilidades e atitudes necessárias a sua participação social, a qual só pode ser completamente atingida com a assistência de seus companheiros da mesma idade e mais velhos. (VIGOTSKI, 2007, p. 162).

Para VIGOTSKI (2007), não existe brinquedo sem regras, numa situação de imaginação de qualquer forma há no brinquedo, uma regra de comportamento. “A criança imagina-se como mãe e a boneca como criança e, dessa forma, deve obedecer às regras do comportamento maternal.” (VIGOTSKI, 2007, p. 110).

Segundo o autor (2007), comportamento de uma criança muito pequena é determinado de maneira considerável, pelas condições em que atividade acontece, a criança muito pequena está limitada em todas as ações pela restrição situacional. Nesse sentido, “É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos.” (VIGOTSKI, 2007, p. 113)

De acordo com VIGOTSKI (2007), os objetos condicionam a criança o que ela tem que fazer como, por exemplo, uma porta solicita que a abram e fechem, os objetos têm tal força motivadora inerente, que determinam nas ações de uma criança muito pequena, o comportamento delas.

No brinquedo, a criança opera com significados desligados dos objetos e ações aos quais estão habitualmente vinculados; entretanto, uma contradição muito interessante surge, uma vez que, no brinquedo, ela inclui, também, ações reais e objetos reais. Isto caracteriza a natureza de transição da atividade do brinquedo: é um estágio entre as restrições puramente situacionais da primeira infância e o pensamento adulto, que pode ser totalmente desvinculado de situações reais. (VIGOTSKI, 2007, p. 116-117).

Segundo o autor Paulo de Salles Oliveira, em sua obra “O que é brinquedo” (2010). “O brinquedo permite a criança fazer fluir sua fantasia, sua imaginação um meio pelo qual externam suas criações e suas emoções.” Para o autor:

As crianças aplicam no brinquedo toda sua sensibilidade em duvidar daquilo que é dado, daquilo que é aparentemente. Brincando, elas recusam o imediatismo das coisas aparentes, os significados já explicados de antemão. Para elas, aquilo que é não é. Como assim? Um carrinho não é apenas um carrinho; uma boneca não é apenas uma boneca. É tudo aquilo que a imaginação do ser brincante quiser. As crianças fazem do brinquedo uma ponte para o seu imaginário. (OLIVEIRA, 2010, p. 9).

Segundo o autor, a criança, não aceitando o significado aparente do brinquedo ultrapassa a interpretação convencional acerca dele. Através do brinquedo, a criança “faz sua incursão no mundo, trava contato com os desafios e busca saciar sua curiosidade de tudo conhecer. Ainda que isso possa significar, como é comum, a quebra de determinados brinquedos.” (OLIVEIRA, 2010, p.11) A criança tem curiosidade de conhecer como é o objeto por dentro. Para os adultos, brincar geralmente significa entreter-se, ou seja, à fuga dos problemas da vida cotidiana, sejam eles no trabalho, na família ou no convívio social.

Os brinquedos artesanais é uma das questões abordadas pelo autor, “os brinquedos artesanais sempre tiveram espaço importante na formação social das pessoas.” (OLIVEIRA, 2010, p.15), são produtos da habilidade manual, da fantasia e da capacidade criadora de cada indivíduo, como, por exemplos, os carrinhos de rolimã, bonecas de pano, casinhas de madeira, etc.

Para o autor, quando se fala em brinquedo artesanal as pessoas o associam a coisas do passado, isso seria uns dos motivos da discriminação desses brinquedos, as pessoas têm mais interesse em adquirir brinquedos industrializados do que valorizar a produção dos brinquedos artesanais.

Assim, quando um artesão hoje faz um trabalho brinquedo, tanto como forma de trabalho como em regime de a apropriação lúdica, ele o faz não só com base na sua experiência prática individual. Agrega uma sabedoria acumulada da atividade artesanal, que é fruto do trabalho e do conhecimento prático deixado pelas gerações que nos precederam. (OLIVEIRA, 2010, p.18)

Segundo o autor, os artesãos de brinquedos constroem, e ajudam a construir a produção cultural de um povo.

A criança quando ganha um brinquedo pronto, nem sempre aceita o seu significado real. Assim, o trem vira um carrinho e anda perfeitamente fora dos trilhos. A boneca e o ursinho tornam-se seres animados, com quem a criança conversa, dorme e leva para passear junto.

Assim, a criança quando brinca elabora seu mundo e muitas vezes se expressa singularmente, criando ou recriando novos brinquedos e, com eles, participando de novas experiências e aquisições. No convívio com outras crianças, trava contato com a sociabilidade, ensaia movimentos do corpo, experimenta novas sensações. (OLIVEIRA, 2010, p. 43).

Outro tópico destacado pelo autor refere-se à industrialização do brinquedo, o autor relata que: “o processo de industrialização trouxe enorme diversificação em cada tipo de brinquedo. As bonecas, por exemplo.” (OLIVEIRA, 2010, p.30), hoje, as bonecas, desempenham funções especiais como, por exemplo, batem palmas, fazem xixi, choram, tomam mamadeira, etc.

A indústria de brinquedos, que a princípio ocupou-se em transformar materiais como madeira, tecido, chumbo e lata sofreu imensas modificações após a II Grande Guerra, ao incorporar variados tipos de plásticos como matéria-prima de brinquedos. (OLIVEIRA, 2010, p.30)

Para OLIVEIRA (2010), a mudança dos brinquedos, afetou as relações sociais.

Pouco a pouco, as ruas foram deixando de ser espaços de reunião e convivência de crianças, reduzindo as possibilidades de florescimento do

associativismo infantil, todos eles baseados nos jogos, brinquedos e brincadeiras praticados ali, na rua. (OLIVEIRA, 2010, p.31)

Enfim, com a industrialização dos brinquedos infantis, as brincadeiras que antes eram desenvolvidas nas ruas e calçadas, que tanto encantavam não apenas as crianças, foram aos poucos abandonadas e perderam o seu espaço para os brinquedos mais sofisticados, afetando as relações sociais.

CAPÍTULO II - UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

2.1 - A origem da Educação Infantil no Brasil

Historicamente, as primeiras iniciativas destinadas à educação da criança no Brasil estão relacionadas há três momentos: no primeiro momento em um atendimento de caráter médico e sanitário, no segundo momento num atendimento assistencial e atualmente num atendimento assistencial e pedagógico. O Referencial Curricular Nacional para a educação infantil afirma que:

A expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos. (BRASIL, 1998, p.11).

As primeiras propostas de atendimento à criança partiram dos higienistas e se dirigiam à população pobre com a intenção de “medicalizá-las”, buscavam disciplinar, normalizar o comportamento da população através de medidas preventivas.

Em 1908, teve início a “primeira creche popular cientificamente dirigida” a filhos de operários até dois anos de idade e, em 1909, foi inaugurado o Jardim de Infância Campos Salles, no Rio de Janeiro. Enquanto havia creches na Europa desde o século XVIII e os jardins de infância apareceram a partir do século XIX, no Brasil ambos são instituições do século XX. (KRAMER, 1987, p.54)

De acordo com a citação acima, no Brasil, as primeiras creches surgiram a partir do século XX e tinham como objetivo principal atender especialmente às crianças das classes populares, visando combater a pobreza, e tentavam diminuir os altos níveis de mortalidade infantil do país nesse período.

Nesse contexto, prevalecia um modelo de atendimento de caráter médico e sanitário, assistencialista, as instituições destinadas ao atendimento à criança não tinham uma preocupação em desenvolver um atendimento pedagógico que estimulasse a criança em seus aspectos físicos, sociais, afetivos e cognitivo.

Os responsáveis, pela contratação dos profissionais que iriam cuidar das crianças na faixa etária de zero aos seis anos, não se preocupavam com a escolaridade e com a formação específica desses profissionais que muitas das vezes desconheciam as necessidades da criança, também existia a falta de recursos pedagógicos, um espaço amplo para as crianças brincarem etc.

De acordo com Kramer (1987) “a assistência à infância vinha acontecendo desde a década de 20 por instituições particulares.”

O 1.º Congresso de Proteção à Infância, de 1922, apelara justamente para o apoio das autoridades governamentais. No intervalo do 1.º ao 2.º Congresso-realizado em 1933- foram introduzidos órgãos novos na aparelhagem da assistência à infância, tais como lactários, jardins de infância, gotas de leite, consultórios para lactentes, escolas maternas, policlínicas infantis. (KRAMER, 1987, p.60)

No início, a creche prestava um atendimento de serviço social e de saúde pública, sem uma proposta educacional. O Estado realizava a regulamentação e a fiscalização das atividades realizadas por elas e, muitas eram mantidas por intuições privadas e/ou filantrópicas.

Por muito tempo, algumas instituições de Educação Infantil ofereceram um atendimento de caráter assistencialista, onde o brincar era visto como um “passatempo”, oferecido apenas como um momento de distração ou recreação para as crianças. Vários estudiosos como Vygotsky, entre outros, defenderam e reconheceram a importância da brincadeira para o desenvolvimento da criança nos aspectos sociais, afetivos e cognitivos. Para esses estudiosos, o brincar é uma linguagem natural da criança, e a mais importante delas. Em todas as culturas e momentos históricos as crianças brincam. A brincadeira possibilita a criança resgatar a memória coletiva de um período histórico do passado; por meio da brincadeira a criança entra em contato com as experiências realizadas nesse período histórico.

De acordo com Wajskop (2009) os trabalhos realizados na Europa, por Comenius (1593), Rousseau (1712), e Pestalozzi (1746) contribuíram, ao lado do protestantismo, para o surgimento de um novo “sentimento de infância”, “que protege as crianças e que auxilia este grupo etário a conquistar um lugar enquanto categoria social (WAJSKOP, 2009, p. 19)

Em relação ao atendimento das instituições pré-escolares, os filhos da classe média ou dominante recebiam um atendimento que visava estimular o desenvolvimento afetivo e cognitivo, as crianças pobres cabiam receber o atendimento de guarda, higiene e alimentação. Os jardins de infância destinavam-se às crianças das classes média e alta, e as creches, às crianças da periferia.

Segundo Kramer (1987), “a pré-escola era uma forma de superar a miséria, a pobreza, a negligência das famílias.”

A educação pré-escolar começou a ser reconhecida como necessária tanto na Europa quanto nos Estados Unidos durante a depressão dos anos 30. Seu principal objetivo era o de garantir o emprego a professores, enfermeiros e outros profissionais e, simultaneamente, fornecer nutrição, proteção e um

ambiente saudável e emocionalmente estável para crianças carentes de dois a cinco anos de idade. (KRAMER, 1987, p.26)

Durante a Segunda Guerra Mundial, o atendimento pré-escolar volta-se especialmente para atender as crianças cujas mães trabalhavam em indústrias bélicas. Nesse período há uma preocupação com as necessidades emocionais e sociais das crianças.

As primeiras décadas do século XX mostra a criação de instituições e de leis para atender à infância no Brasil, como as instituições Parques Infantis criados por Mário de Andrade entre 1935-1938, no Departamento de Cultura no município de São Paulo. A criação do Parque Infantil tinha como proposta colocar a criança em contato com a cultura popular brasileira, através do folclore nacional fortalecendo o sentimento de identidade nacional.

Os Parques funcionavam como um grande centro de estudos, já que os dados de pesquisa coletados naquelas unidades, sobre as condições, higiene e saúde das crianças da classe popular forneciam informações socioculturais que refletiam a realidade da infância brasileira. (REIS, 2011, p.100)

Durante as décadas de 1970 e 1980, houve uma expansão de creches e pré-escolas devido a diversos fatores, o crescimento urbano, a participação da mulher no mercado de trabalho, o novo perfil da família, a promulgação da constituição de 1988.

Nesse período, as creches prestavam um atendimento “assistencialista” e foram vistas como substitutas da família, principalmente para aquelas de baixa renda, onde a criança pequena recebia cuidados básicos de alimentação, higiene, ensino moral e hábitos de comportamento.

A rede pública de pré-escola, nos anos 1970 e 1980, se expandiu, porém, infelizmente, o teor predominante nas justificativas destas expansões sempre foi a educação compensatória, ou seja, um tipo de educação voltado para compensar carências e defasagens socioculturais, sem atentar para um caráter realmente educativo dos equipamentos adequados à faixa etária de 0 a 6 anos e para a formação do profissional. (LOBO, 2010, p.146)

De acordo com Kramer (1987), “as crianças das classes sociais de baixa renda foram consideradas como “carentes”, “deficientes”, “inferiores” no sentido de não corresponder ao padrão estabelecido pelas instituições.” Nesse sentido, faltavam nestas crianças, “privadas culturalmente”, atitudes, conteúdos que deveriam ser aprendidos. “A fim de suprir as deficiências de saúde e nutrição, as escolas, ou as do meio sociocultural em que vivem as crianças, são propostos diversos programas de educação pré-escolar de cunho compensatório.”(KRAMER, 1987, p.25)

A origem, do conceito de educação compensatória como privação cultural surgiu com o pensamento de Pestalozzi e Frobel.

Durante os anos 1980, com apoio de movimentos sociais organizados, a população reivindicava por creches públicas e gratuitas para seus filhos, a educação de crianças de zero a seis anos era realizada em instituições privadas. O poder público assegurava à criança a possibilidade de acesso e permanência no sistema educacional somente a partir dos sete anos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação infantil passa a ser um dever do Estado e um direito da criança e da família.

[...], a Constituição reconhece a educação de 0 a 6 anos como um direito da criança e da família e um dever do Estado; determina que os municípios desenvolvam programas de educação pré-escolar com assistência técnica da União e dos estados, e mais, que atuem prioritariamente nesse nível e no ensino fundamental. (LOBO, 2010, p.148)

Uma das maiores conquistas, na área de educação infantil, foi o reconhecimento dessa instituição enquanto um direito da criança e da família, concretizado na Constituição Federal de 1988. Somente a partir da década de 80, com a constituição de 1988, aumentam as leis que protegem os cidadãos e seus direitos, o direito à educação e o apoio à educação infantil. A partir da Constituição, as famílias têm direito à creche para seus filhos até seis anos de idade, conforme o Art. 208. Nessa época também aumentou o número de mulheres que trabalhavam fora. Além da constituição de 1988, outras leis surgiram para reforçar o direito de educação para as crianças de zero a seis anos de idade, como mostra O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Lei nº 8.069/1990, diz no Art. 54: “É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente... Parágrafo IV: Atendimento em creches e pré-escolas as crianças de 0 a 6 anos de Idade”. Ou seja, a Educação Infantil é um dever do estado e direito das crianças e das famílias.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, (LDB), foi um dos mais importantes avanços para a educação de criança de 0 a 6 anos, onde afirma na Seção II. Art. 29 e 30 que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: Creches, ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade; pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos (BRASIL, 1996, p.10).

No passado, a educação infantil tinha como prioridade prevenir os problemas de carência cultural, afetivas, nutricionais, uma visão compensatória, assistencialista e preparar a criança para o ensino fundamental. Hoje, a educação infantil tem como função principal desenvolver na criança habilidades e atitudes que favoreçam a aprendizagem, através das

diferentes linguagens; corporal, musical, plástica, oral e escrita, utilizando brincadeiras, músicas, para auxiliar o seu desenvolvimento cognitivo, social, emocional.

A pré-escola torna-se mais um espaço de descoberta sobre a vida. Espaço privilegiado, pois ali se reúnem crianças diversas, com informações, realidades e curiosidades diferentes, que interagem entre si e com a professora, que também traz suas experiências e conhecimentos acumulados. Juntos, constroem novos conhecimentos e se apropriam dos conhecimentos disponíveis, que se revelam pertinentes para o grupo de crianças. (GARCIA, 2005, p.34).

O Referencial Curricular Nacional para a educação infantil propõe para as instituições de educação infantil, atividades que envolvam o conhecimento sobre o mundo, a sociedade e a natureza, através das diferentes linguagens corporal, musical etc. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil 1998.

O ingresso na instituição de educação infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes. (BRASIL, 1998, p.13)

A educação infantil não tem como proposta preparar a criança para o processo de alfabetização, e sim desenvolver habilidades que favoreçam novas aprendizagens e conhecimentos, através das atividades com pintura, recorte e colagem, desenhos livres, atividades que envolvam o corpo como cantar, pular, correr, ouvir histórias, brincadeira com massa de modelar. Por meio dessas atividades a criança desenvolve o controle motor, noção de espaço entre outras.

Muitos ainda consideram o espaço da educação infantil, com a função de formar na criança hábitos, atitudes que favoreçam o aprendizado da leitura e escrita.

A escola, como a instituição de Educação Infantil, faz parte da educação básica que promove conhecimento de forma mais ampla, deve criar um ambiente de acolhimento que dê segurança e confiança à criança, garantindo-lhe oportunidades para que desenvolvam uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, estabelecendo os vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social. Ao ampliar as relações sociais, a criança vai aprendendo aos poucos a articular seu interesse e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes. Nesse sentido, a brincadeira permite expressar emoções, sentimentos, pensamento e desejo de que a criança descubra e conheça progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar. Brincando, a criança desenvolve a capacidade de imaginar e aprende a conviver em grupo.

A brincadeira permite a criança se desenvolver intelectualmente, a explorar sua capacidade de criação ao imitar a realidade, atribuir aos objetos novos significados, descobrir e experimentar novos desafios, trocar experiências com seus pares, envolver-se em situação de interação social, aprender a resolver conflitos e auxiliar a criança a compreender melhor o mundo.

A brincadeira ainda é vista por muitos pais, como apenas uma simples diversão, distração. Não consideram o espaço da Educação Infantil necessária para formação de seus filhos; alguns acham que a brincadeira não contribui para o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, enquanto elas brincam, suas mães podem descansar, ou fazer algum serviço doméstico. Desconhecem que é através da brincadeira, que a criança se socializa com seus pares.

2.2- A infância no Oriente e no Brasil

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (ARIÈS, 2012, p.28)

O historiador francês Philippe Ariès (2012) em sua obra “História Social da Criança e da Família”, mostra através de suas pesquisas realizadas com base em pinturas, antigos diários de família, testamentos, igrejas e túmulos, como foi construído o conceito que hoje conhecemos sobre a infância e a criança. Foram realizados vários estudos acerca da infância, Segundo as suas pesquisas, o alto índice de mortalidade infantil era considerado normal pela sociedade medieval e a criança que conseguia sobreviver era inserida no mundo dos adultos. Nesse período, não existia uma consciência da particularidade infantil, o que diferencia a criança do adulto. O autor mostra através de seus estudos, como o processo de construção do sentimento de infância foi construído ao longo do século XVII e que, no passado, a criança não era considerada como um ser em desenvolvimento. Dessa forma, suas características e necessidades não eram reconhecidas, elas eram vista como adultos em miniaturas. Para Ariès (2012), até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido, significa que os homens dos séculos X e XI não se detinham diante da imagem da infância, a infância era um período de transição, logo ultrapassado.

Com as descobertas científicas do século XVI e a redução da mortalidade infantil, surgem dois sentimentos de infância.

O primeiro sentimento de infância- caracterizado pela “paparicação”- surgiu no meio familiar, na companhia das crianças pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros, até o século XVI, e de um número maior de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade. (ARIÈS, 2012, p.105)

De acordo com a citação, o primeiro sentimento considerava a criança ingênua, inocente e graciosa, ou seja, brinquedos que encantavam os adultos. O segundo via a criança como frágeis criaturas de Deus, e que era necessário preservar e disciplinar as crianças através da moralização.

Para Sônia Kramer (1987), “o sentimento moderno de infância se resume em duas atitudes: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida pela “paparicação” dos adultos, e a outra considera a criança como um ser imperfeito e incompleto, que precisa da “moralização” e da educação realizada pelo adulto.”

De acordo com Kramer (1987), o conceito de infância, não existiu sempre, e da mesma forma.

Ao contrario, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade. (KRAMER, 1987, p.18)

A concepção de infância e a forma de atendimento destinado a elas, desde o surgimento dos jardins de infância, vêm sofrendo mudanças significativas.

Na Idade Média, as crianças eram consideradas “adultas em miniaturas”, como pode ser observado ao longo da história. Durante um longo período o conceito de infância não foi reconhecido, e quando a criança não necessitava mais dos cuidados básicos de sua mãe ou criada, ela era ingressada ao mundo dos adultos, pois elas deveriam possuir responsabilidades.

No século XVII, a criança, ao completar sete anos de idade, deixava de ser criança e passava a assumir as mesmas responsabilidades dos adultos; a criança aprendia a cavalgar, a atirar, a caçar e os serviços domésticos. As famílias tinham o costume de entregar seus filhos aos cuidados de outras famílias, após elas completarem sete anos de idade. As crianças permaneciam com essas famílias durante um período de sete a nove anos, muitas delas depois de adultas não retornavam para suas famílias.

Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir. As pessoas não conservavam as próprias crianças em casas: enviavam-nas a outra família, com ou sem contrato, para que com elas morassem e começassem suas vidas,

ou, nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um ofício, ou mesmo para que frequentassem uma escola e aprendessem as letras latinas. Essa aprendizagem era um hábito difundido em todas as condições sociais. (ARIÈS, 2012, p.156 e 157)

Não fazia parte do costume da época ensinar sobre as chamadas “boas maneiras”, hábitos de higiene, não havia uma preocupação com as crianças. Com as transformações ocorridas na sociedade passamos a vê-las como seres históricos e sociais, que pensam, agem e interagem com o mundo que está em sua volta.

Durante o século XVII, a música e a dança tinham grande importância para a sociedade. As famílias com melhores condições financeiras ensinavam seus filhos, desde cedo, a tocar um instrumento musical, como o violino, assim como a cantar e a dançar. A educação dos meninos nessa época estava voltada para a musicalidade; eles aprendiam desde pequenos a dançar e a cantar todos os ritmos musicais conhecidos.

Nas festas, crianças, jovens e adultos participavam da mesma maneira, desempenhavam papéis que lhes reservavam a tradição.

As crianças participavam de todas as festas tradicionais realizadas pelos adultos; algumas se apresentavam durante as festas, ao dançar e cantar. Elas tinham liberdade de assistir aos mesmos espetáculos dos adultos.

Nessa época, os mais velhos costumavam contar histórias para as crianças, ou seja, fábulas conhecidas da época. Essas fábulas também eram contadas nas reuniões noturnas realizadas pelos adultos.

A criança, durante o século XV, não havia uma relação de sentimentos entre pais e filhos. Nesse período, a família era moral e social, mais do que sentimental. Dos séculos XVI ao XVII, a atitude da família com a criança começa a ser modificada como afirma ARIÈS (2012, p.154): “A família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança.”

Durante o século XVII, os adultos não permitiam mais que as crianças se misturassem com os adultos, principalmente à mesa, porque ao se misturar elas seriam mimadas e se tornariam mal-educadas. Nessa época, uma criança considerada bem educada pela sociedade precisava aprender as boas maneiras, ou seja, apreender servir e comporta-se à mesa. Para Ariès (2012), na Idade Média, a educação das crianças era garantida pela aprendizagem junto aos adultos, a partir dos sete anos de idade, elas passavam a conviver com outras famílias. A partir do século XV, a escola deixa de ser reservada aos clérigos para ser tornar o instrumento da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto.

A substituição da aprendizagem pela escola exprime uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança. Esta não ficou, porém, desde o início junto com seus pais: deixava-os para ir a uma escola distante, embora no século XVII se discutisse as vantagens de se mandar a criança para o colégio e muitos defendessem a maior eficácia de uma educação em casa, com um receptor. (ARIÈS, 2012, p.159)

Dos séculos XVI e XVII, a criança conquista o seu lugar junto de seus pais, lugar que no passado não era possível devido o costume da época em enviar os filhos para a casa de outras famílias.

No Brasil, décadas depois do processo de colonização, a população infantil era dividida em dois grupos: a criança da casa-grande e a criança escrava. Segundo Farias (2011), até os cinco anos de idade, a criança era considerada um anjo e, quando os pais os perdiam não significava tristeza e sim consolo, as que conseguiam ultrapassar essa idade eram consideradas adultas em miniaturas.

A partir dos 9 ou 10 anos, a criança se tornava um adulto em miniatura, caracterizado não só na aparência (roupas e costumes), como também nas atitudes que lhes eram impostas. Nessa idade, os pais- os adultos em geral, passam a esperar da criança uma postura que hoje nos parece precoce. (FARIAS, 2011, p.50)

Nesse período, a criança tinha pouca importância, as senhoras da casa-grande não amamentavam seus filhos, eles eram entregues aos cuidados de uma ama de leite sem maiores preocupações. A escrava, não tendo condições para criar seus filhos, muitas delas escolhidas como ama de leite, deixavam seus filhos na “roda”. A roda, também conhecida como Casa dos Expostos ou Casa dos Enjeitados, foi uma instituição criada por Romão Duarte no ano de 1739 para abrigar crianças abandonadas, enjeitadas ou desamparadas. De acordo com autora, a infância no Brasil durante os séculos XVI e XVII foi marcada pela indiferença às necessidades especiais (alimentares, higiênicas e educativas) que cada criança precisava. A Casa da Roda ou Roda dos Expostos recebia tanto crianças brancas, mestiças e negras eram uns dos recursos mais utilizados para livrá-las da escravidão.

O desconhecimento das necessidades (físicas, emocionais, sociais etc.) específica da “infância” se traduzia, naquele momento, com negligência e descuido que acabavam fomentando os altos índices de mortalidade infantil, tanto de crianças brancas como de crianças mestiças ou negras. (FARIAS, 2011, p. 51)

Enquanto a criança branca frequentava as escolas jesuíticas, a criança negra tinha negado pela sociedade o direito à infância, ao nascerem não tinham o direito de ser amamentados e de receber os cuidados maternos. Durante esse período as crianças negras,

filhos de pais desconhecidos, crianças abandonadas, eram recolhidas pelas “Casas dos Expostos”, onde eram criados em condições precárias, sem padrões de higiene.

A Casa dos Expostos tinha como objetivo prestar um atendimento que conciliava a educação com o trabalho, as crianças eram treinadas para diferentes atividades para depois terem sua mão de obra explorada. Como podemos notar, a Casa dos Expostos prestava um atendimento que articulava a proteção com a mercantilização do trabalho infantil.

Cabe salientar as diferenças encontradas entre a criança negra e a criança e entre meninos e meninas. Na primeira infância, até os 6 anos a criança branca era geralmente entregue à ama de leite. O pequeno escravo sobrevivia com grande dificuldade, precisando para isso adaptar-se ao ritmo de trabalho materno. Após esse período, brancos e negros começavam a participar das atividades de seus grupos. Os primeiros, dedicando-se ao aprimoramento das funções intelectuais e, os segundo, iniciando-se no mundo do trabalho ou no aprendizado dos ofícios. (FARIAS, 2011, p. 66)

Para a educadora e pesquisadora Sônia Kramer (1987), o atendimento da criança no Brasil inicia com a “Casa dos Expostos”.

No que se refere ao atendimento da infância brasileira, até 1874 existia institucionalmente a “Casa dos Expostos” ou “roda” para os abandonados das primeiras idades e a “Escola de Aprendiz de Marinheiro” (fundada pelo Estado em 1873) para os abandonados maiores de 12 anos. (KRAMER, 1987, p. 52)

Com a criação do Código de Menores em 1927 foi instituída a chamada infância da menoridade, o código relacionava a ideia de “menor desvalido” com a de menor delinquente ou criminoso, apresentava a repressão como medida necessária para solucionar o problema do menor. O Código inaugura uma concepção de atendimento que concilia a ressocialização com o confinamento.

Por outro lado, quanto às formas de atuação que mais tarde seriam denominadas de preventivas, tais como a puericultura, a higiene e a proteção, aquele Código Civil guardava o mais absoluto silêncio. Judicialmente, existia apenas o Código de Leis e Regulamentos orfanológicos, que tratava de questões referentes bens: criação de órfãos, sistemas de doação, sucessão e tutoria, herança de patrimônio, etc. (KRAMER, 1987, p. 52)

De acordo com a educadora Kramer (1987),

As primeiras iniciativas voltadas à criança partiram de higienistas e se dirigiram contra a alarmante mortalidade infantil, que era atribuída por eles a duas causas: aos nascimentos ilegítimos, fruto da união entre os escravos ou dos escravos com os senhores e a negligência das mães em permitir ao aleitamento mercenário, ou seja, as escravas de aluguel. (KRAMER, 1987, p. 52, grifos nossos).

Para a autora, ambas culpam a família e, relacionam as doenças aos negros.

A iniciativa dos higienistas para o atendimento à criança tinha como objetivo combater as doenças através da medicalização das camadas populares. A falta de urbanização no Brasil

também foi um dos motivos que contribuiu para elevar os índices de mortalidade infantil e aumentar a proliferação de doenças devido à concentração da população nos grandes centros urbanos, onde as crianças ficavam expostas, aglomeradas no mesmo ambiente pequeno e com pouca ventilação. Nesse contexto, os médicos higienistas organizaram um movimento com objetivo de combater a mortalidade infantil e levar a população a um novo modelo de vida, ao criar novos hábitos e costumes higiênicos. Dessa forma, o movimento visava atingir todas as famílias das diferentes classes sociais.

A reformulação dos hábitos e costumes higiênicos levou à transformação do grupo familiar e à definição das suas funções para com a criança. A criança passou a ser vista como um ser frágil, que precisava de cuidados especiais e, para tanto, as funções familiares se modificaram: o pai, outrora detentor de todas as decisões e responsabilidades, passou a dividir com a mãe o direcionamento do lar e da família. (FARIAS, 2011, p. 56)

Durante o século XIX, os médicos higienistas criticaram o uso das amas de leite. Nessa época, prevalecia a preocupação com a higiene e a formação de hábitos e tinha como objetivo principal medidas preventivas para conter o grande número de doenças. Diante dessa situação de calamidade que se encontrava o país, médicos e higienistas interessados em resolver os altos índices de mortalidade infantil, passaram a cobrar das autoridades medidas de proteção às crianças. A partir desse contexto, vários grupos privados, entre eles médicos, associações beneficentes, entre outros, demonstraram interesse em proteger a infância, mas faltava interesse da administração pública em resolver o problema. Mesmo sem apoio do poder público, várias instituições destinadas ao atendimento das classes desfavorecidas, realizaram algumas iniciativas de atendimento à criança, mas foram isoladas e insuficientes diante da situação de saúde e educação da população.

A ideia de proteger a infância começava a despertar, mas o atendimento se restringia a iniciativas isoladas e que tinham, portanto, um caráter localizado. Se até os primeiros anos da República foi praticamente nulo o movimento em função da puericultura e da escolarização, no princípio do século XX a situação começava a se alterar. (KRAMER, 1987, p.54)

No decorrer do século XX ocorre a pressão de alguns grupos com as esferas governamentais em solucionar o problema da criança.

Dentre esses grupos, encontrava-se o fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Criado em 1899, o Instituto tinha como objetivos: atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades creches e jardins de infância. (KRAMER, 1987, p. 54)

Com a fundação do Instituto foram realizadas campanhas de vacinação, combate a epidemias; criação de maternidades; creches; realização de estudos sobre mortalidade infantil em congressos; a criação do Departamento da Criança no Brasil em 1919; no qual a responsabilidade deveria ser do Estado, mas que na prática foi criado e mantido com recursos de Moncorvo Filho. De acordo com Kramer (1987), o Departamento possuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação da proteção à infância no Brasil; fomentar iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida pobre; publicar boletins, divulgar conhecimentos; promover congressos; concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil. Como podemos observar, após a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, vários serviços foram prestados à criança e a mulher.

O IPAI tinha como objetivos: o atendimento aos menores de oito anos; a elaboração de leis que resguardassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; a regulamentação do serviço das amas de leite; o cuidado com os menores trabalhadores e infratores; o atendimento às crianças pobres que necessitavam de assistência médica e sociojurídica, além da formulação de um projeto para a criação de maternidades, creches e jardins de infância. (REIS, 2011, p. 92)

2.3- O Espaço da Educação Infantil

A instituição de Educação Infantil possui vários objetivos a ser alcançados no atendimento oferecido à criança de zero a seis anos. Como desenvolver na criança uma imagem positiva dela, para que a criança se sinta independente na realização de suas atitudes, ou seja, tenha mais confiança em suas capacidades e conheça suas limitações, descubra e conheça seu próprio corpo, através de atividades que a leve a conhecer a si mesma, suas potencialidades e seus limites, desenvolver e valorizar hábitos de cuidado com o seu próprio corpo, através de brincadeiras e músicas infantis.

No espaço da Educação Infantil, a brincadeira proporciona inúmeros objetivos: ensina a criança a se expressar das mais diferentes formas, ao utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, oral, plástica e escrita) para que ela aprenda a comunicar-se por meio dessas linguagens; facilita o processo de desenvolvimento e da aprendizagem, autonomia; promove a interação com outras crianças; a socialização entre adultos e crianças; ajuda a criança a expressar suas emoções, sentimentos, desejos e necessidades, ensina a criança a articular seus interesses e pontos de vista com outra criança e adultos; promove vínculos afetivos e troca de experiência com adultos e crianças, através de várias atividades como, por exemplo, rodinha de conversa, contação de história, brincadeiras ao ar livre e brincadeira

dirigida etc. fortalecendo assim, a autoestima da criança, suas possibilidades de comunicação e interação social entre os envolvidos, levando-a a observar e explorar o ambiente que a cerca, sempre estimulando sua curiosidade.

A instituição de educação infantil, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), cumpre um papel de socialização, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação que enriquecem o desenvolvimento e inserção social da criança. Na Educação Infantil, o conhecimento dos eixos temáticos se dá por meio da interação com os colegas, com o professor ou a professora, da brincadeira, da imaginação e do faz de conta. Brincando a criança desenvolve a capacidade de imaginar e aprende a conviver em grupo.

De acordo com Corsino (2006), a Educação Infantil, por meio de suas práticas pedagógicas, visa ao desenvolvimento integral das crianças, nas áreas das linguagens, possibilita a ampliação das relações da criança com o mundo físico, natural e social, troca de conhecimentos pela socialização. Nessa perspectiva, a outrora afirma que:

No mundo contemporâneo, diferentemente do passado, frequentar espaços de Educação Infantil não se relaciona mais à classe social, ou seja, não são apenas os filhos das mulheres trabalhadoras das classes populares que precisam de uma instituição para cuidar deles e educá-los. Os benefícios da Educação Infantil se estendem a todas as crianças. (CORSINO, 2006, p.5)

Para Corsino (2006), a Educação Infantil tem um papel importante na vida das crianças.

Lugar de socialização, de convivência, de trocas e interações, de afetos, de ampliação e inserção sociocultural, de constituição de identidades e de subjetividades; neste lugar, partilham situações, experiências, culturas, rotinas, regras de convivência; estão sujeitas a tempos e espaços coletivos. (CORSINO, 2006, p.5)

De acordo com Wajskop (2009) a brincadeira na pré- escola exerce um papel fundamental, “tendo em vista a criança como sujeito histórico e social”. (WAJSKOP, 2009 p.36). A autora afirma que, a brincadeira é uma necessidade da criança “ao mesmo tempo que é o espaço da interação da crianças.” (WAJSKOP, 2009, p.36).

De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), a Educação Infantil no Brasil é oferecida em creche, pré-escola, salas anexas a escolas de Ensino Fundamental.

Um dos tópicos abordados pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006) refere-se à questão da infraestrutura das instituições, os espaços são construídos e organizados para atender às necessidades da criança como proteção, conforto, propiciar as interações entre as crianças. Com relação às atividades realizadas pelos alunos,

expor as produções das crianças visando ampliar o universo de suas experiências e conhecimento.

A proposta de uma Educação Infantil de qualidade inclui uma série de fatores, que vão das políticas públicas para a infância às condições físicas dos equipamentos e materiais educativos. Inclui, ainda, a formação de profissionais, a organização do tempo e do espaço institucionais, as ampliações de experiências, de produção e apropriação de conhecimentos, os vínculos afetivos, o clima institucional e as inúmeras interações que a instituição favorece para crianças, adultos e comunidade. Os processos interativos que ocorrem nas instituições de Educação Infantil – entre crianças e adultos, entre adultos e adultos, das crianças entre si, das crianças e os diferentes contextos sócio-histórico-culturais e naturais etc. –, são determinantes para ampliar e promover o desenvolvimento infantil. (CORSINO, 2006, p.5)

Na ótica de Corsino (2006), o professor que trabalha com crianças pequenas necessita de um ambiente que seja acolhedor, seguro, estimulante, desafiador, criativo, alegre e divertido, onde as atividades possam elevar a autoestima, valorizar e ampliar as suas experiências, o universo cultural, despertar a curiosidade, a capacidade de pensar, de decidir, de atuar, de criar, de imaginar, de expressar.

Para Wajskop (2009) as professoras que atuam na Educação Infantil, reconhecem a importância do papel que a brincadeira desempenha para o desenvolvimento infantil, no entanto, na prática elas “agem contrariamente ao que diz.” (WAJSKOP, 2009, p.58). A autora ressalta que:

(...) durante vários recreios, frequentemente a professora se aproximava de grupos de meninos que brincavam de pega-pega, polícia e ladrão ou agrupavam-se para planejar jogos de pega cujos personagens eram heróis de desenhos animados televisivos, para dissipá-los. A professora pedia ora que corresse menos, (...), ora que brincassem mais sossegadamente e que fizessem menos barulhos (...). Ao mesmo tempo, elogiava as meninas que ficavam quase durante todo recreio sentadas sobre o palco a observar os meninos ou organizando tímidos jogos de mamãe/filhinha, (...) e com poucos movimentos. (WAJSKOP, 2009, p.58).

Segundo a autora, a postura da professora mostra a dificuldade dos profissionais “em lidar com os conhecimentos trazidos pelas as crianças através das brincadeiras, e revelam seu papel disciplinador na escola.” (WAJSKOP, 2009, p.60). Para a autora, a professora procura sempre manter a ordem e disciplina de seus alunos.

(...) com isso, perdia a possibilidade de observar e compreender a riqueza de troca de repertório que ocorria entre essas crianças, quando compunham a brincadeira de pega-pega das mais diversas formas, através da auto-organização e da definição de regras (...) com se defrontam diariamente fora da escola. (WAJSKOP, 2009, p.58).

Ainda de acordo com a autora, a pré-escola tem uma função pedagógica com a brincadeira, por se tratar de uma atividade social fundamental que garante a interação e construção de conhecimentos da realidade para a criança.

Nesta perspectiva, a brincadeira encontraria um papel educativo importante na escolaridade das crianças que vão se desenvolvendo e conhecendo o mundo nesta instituição que se constrói a partir exatamente dos intercâmbios sociais que nela vão surgindo: a partir das diferentes histórias de vida das crianças, dos pais e dos professores que compõem o corpo de usuários da instituição e que nela interagem cotidianamente. (WAJSKOP, 2009, p.26)

Vimos com a autora Wajskop que os educadores atuantes na Educação Infantil sabem da importância da brincadeira na vida da criança, que elas precisam de espaços para brincar de conviver com outra criança e aprendem juntas.

CAPÍTULO III - A IMPORTÂNCIA DA SOCIALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Desde que nascemos convivemos diariamente com várias pessoas ao nosso entorno e, em especial, com nossa família. Faz parte da nossa natureza viver em grupo. Assim, um bebê quando nasce precisa da companhia de seu semelhante para sobreviver, isto é, necessita de cuidados especiais, atenção, carinho, proteção, entre outros cuidados. Precisa de outra pessoa para orientá-lo, ensiná-lo a compreender o mundo, o que está em sua volta, e os pais serão os responsáveis pela transmissão de informações. Em todas as fases de nossa vida estamos sempre precisando de alguém para nos auxiliar em alguma tarefa.

O homem inicia o seu processo de socialização após o nascimento. Primeiro, começa a interagir com as pessoas que estão ao seu entorno, no caso, membros da família, as primeiras pessoas com que interagimos. Como mencionado anteriormente, nós precisamos de alguém que esteja sempre por perto para nos alimentar, nos vestir, nos proteger etc.

3.1- O desenvolvimento humano na teoria histórico-cultural do teórico Vygotsky

Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934) nasceu em Orsha, cidade da Bielo-Rússia, no dia 5² de novembro. Formou-se em Direito em 1917, na Universidade de Moscou, frequentou os cursos de História e Filosofia na Universidade Popular de Shanyavy, onde aprofundou seus estudos em psicologia, Filosofia e literatura, a partir de 1924, iniciou várias pesquisas em psicologia do desenvolvimento e educação. Exerceu a profissão de professor e pesquisador nas áreas de psicologia, pedagogia, filosofia, literatura, deficiência física e mental. Após a Revolução russa de 1917 iniciou sua carreira como psicólogo, é considerado um dos maiores psicólogos do século XX. A teoria de Vigotski é baseada na relação histórico-cultural do indivíduo, onde o ambiente tem um papel importante na mediação do ensino-aprendizagem para criança, “tem como um de seus pressupostos básicos a ideia de que o ser humano constitui-se enquanto tal na sua relação com o outro social.” (OLIVEIRA, 1992, p.24). Nessa perspectiva, a aquisição da aprendizagem acontece muito antes da criança entrar no espaço escolar. Para Vygotsky, a cultura como parte da vida humana, modifica o indivíduo ao longo do seu desenvolvimento, ou seja, molda o funcionamento psicológico do sujeito.

² Alguns autores colocam a data de nascimento como sendo dia 17/11/1896. Essa impressão se deve ao fato das alterações no calendário da antiga União Soviética em 1918. O dia 5 de novembro refere-se ao calendário antigo e o dia 17 de novembro ao novo.

Na concepção do psicólogo, o funcionamento das funções psicológicas superiores é construído ao longo da história social, “Na sua relação com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente, o ser humano cria as formas de ação que os distinguem de outros animais.” (OLIVEIRA, 1992, p.24).

Uma das ideias centrais, e mais difundidas, de Vygotsky, é a ideia de que os processos mentais superiores são processos mediados por sistemas simbólicos, sendo a linguagem o sistema simbólico básico de todos os grupos humanos. A linguagem fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. (OLIVEIRA, 1992, p. 80)

O psicólogo Lev Semenovich Vigotski e seus colaboradores, durante as décadas de 20 e 30 do século XX, desenvolveram na União Soviética uma teoria que ficou conhecida como histórico-cultural, onde os teóricos buscavam compreender a origem e o desenvolvimento humano, através dos processos psicológicos.

A teoria histórico-cultural (ou sócio histórica) do psíquico: também conhecida como abordagem sócio interacionista elaborada por Vygotsky, tem como objetivo central caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formaram ao longo da história humana de como se desenvolvem durante a vida de um indivíduo (VYGOTSKY, 1984, p. 21 apud, REGO, 1995, p.38)

Rego (1995) foi um dos estudiosos que procurou compreender o contexto e as razões do direcionamento da obra de Vygotsky, suas ideias centrais e contribuições. É necessário conhecermos um pouco da sua biografia, do percurso intelectual e das condições da sociedade e da psicologia na Rússia pós-revolucionária e as questões centrais de suas teorias.

O momento histórico vivido por Vygotsky, na Rússia pós-Revolução, contribui para definir a tarefa intelectual a que se dedicou, juntamente com seus colaboradores: na tentativa de reunir, num mesmo modelo explicativo, tanto os mecanismos cerebrais subjacentes ao funcionamento psicológico, como o desenvolvimento do indivíduo e da espécie humana, ao longo de um processo sócio histórico. (OLIVEIRA, 1997, p. 14)

Vygotsky e os seus colaboradores, Alexander Romanovich Luria (1902-1977) e Alexei Nikolaevich Leontiev (1904-1979) faziam parte de um grupo de intelectuais da Rússia pós-Revolução, trabalhavam num clima de idealismo e efervescência intelectual, desenvolveram suas atividades num período de transformações sociais como a Revolução de 1917.

Para Vygotsky (1997), a psicologia da sua época era incapaz de produzir uma explicação sob os processos psicológicos do homem e se propôs a estudá-la.

Anos mais tarde, o crescente interesse em compreender o desenvolvimento psicológico do ser humano, e, particularmente, as anormalidades físicas e mentais, levou Vygotsky a fazer cursos na Faculdade de Medicina, primeiramente em Moscou e depois em Kharkov. Assim, seu percurso acadêmico foi marcado pela interdisciplinaridade já que transitou por diversos assuntos, desde artes, literatura, linguística,

antropologia, cultura, ciências sociais, psicologia, filosofia e, posteriormente, até medicina. (REGO, 1995, p. 21-23)

De acordo com Oliveira (1997), Vygotsky dedicou-se ao estudo das funções psicológicas superiores e tinha como objetivo compreender os mecanismos psicológicos do ser humano, a ação intencional e a liberdade dos indivíduos. “Vygotsky busca compreender as características do homem através do estudo da origem e desenvolvimento da espécie humana.” (OLIVEIRA, 1997, p.27)

Para Rego (1995), as marcas do contexto sócio-político e cultural em que Vygotsky esteve inserido contribuíram para que se envolvesse profundamente na construção de uma abordagem transformadora da psicologia e da ciência soviética vigente naquele período.

Vygotsky influenciado pelo pensamento marxista seguiu “as premissas do método dialético procurou identificar as mudanças qualitativas do comportamento que ocorrem ao longo do desenvolvimento humano e sua relação com o contexto social.” (REGO, 1995, p.25). Como podemos observar, a teoria marxista da sociedade (conhecimento como materialismo histórico) teve forte influência no pensamento de Vygotsky. Rego (1995) destaca que:

De acordo com Marx, o desenvolvimento de habilidades e funções específicas do homem, assim como a origem da sociedade humana, são resultados do surgimento do trabalho. E através do trabalho que o homem, ao mesmo tempo que transforma a natureza (objetivando satisfazer suas necessidades), se transforma. (REGO, 1995, p.51)

De acordo com a autora, o indivíduo para se tornar humano, precisa estabelecer contato com outros sujeitos. “No trabalho desenvolvem-se, por um lado, a atividade coletiva e, portanto, as relações sociais, e, por outro lado, a criação e utilização de instrumentos.” (OLIVEIRA, 1997, p.28).

Rego (1995), Vygotsky e seus seguidores, se dedicaram principalmente ao estudo do comportamento humano, enquanto fenômeno histórico e social, para eles o pensamento do adulto é culturalmente mediado e, a linguagem é o meio principal desta mediação. “No processo de aquisição da linguagem a criança primeiramente utiliza a fala socializada, com a função de comunicação, contato social.” (OLIVEIRA, 1992, p. 82). Vygotsky teve influência de pesquisadores na área da linguística, a partir de uma abordagem histórica. Dedicou-se ao estudo da origem da linguagem e sua relação com o desenvolvimento do pensamento.

Desse modo, podemos considerar que seus trabalhos pertencem ao campo da psicologia genética*, já que se preocupou com o estudo da gênese, formação e evolução dos processos psíquicos superiores do ser humano. Para a psicologia genética*, o psiquismo humano se constitui ao longo da vida do sujeito; não é, portanto, uma propriedade" ou "faculdade" primitivamente existente no indivíduo. A psicologia genética estuda a infância justamente

para tentar compreender a formação dos complexos processos psíquicos e das etapas pelos quais eles passam em sua evolução. (REGO, 1995, p.40)

Segundo Rego (1995) as principais ideias defendidas por Vygotsky em suas obras são: à relação indivíduo/sociedade; origem cultural das funções psíquicas; base biológica do funcionamento psicológico: o cérebro visto como órgão principal da atividade mental; característica de mediação presente em toda atividade humana; análise psicológica das características básicas dos processos psicológicos, exclusivamente humanos.

Vygotsky afirma na primeira e a segunda característica que:

Elas resultam da interação dialética do homem e seu meio sociocultural. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo. E a segunda As funções psicológicas especificamente humanas se originam nas relações do indivíduo e seu contexto cultural e social. Isto é, o desenvolvimento mental humano não é dado a priori. (REGO, 1995, p.41)

De acordo com Rego (1995), para Vygotsky, a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, é mediada por "ferramentas auxiliares" da atividade humana. Essa mediação é fundamental na perspectiva sócio- histórica justamente porque é através dos instrumentos e signos que os processos de funcionamento psicológico são fornecidos pela cultura.

O conceito de mediação é considerado por Vygotsky como ponto central para a compreensão das concepções de Vygotsky sobre o funcionamento psicológico. A mediação é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação, a relação deixa de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento.

Quando um indivíduo aproxima sua mão da chama de uma vela e a retira rapidamente ao sentir dor, está estabelecida uma relação direta entre o calor da chama e a retirada da mão. Se, no entanto, o indivíduo retirar a mão quando apenas sentir o calor e lembrar-se da dor sentida em outra ocasião, a relação entre a chama da vela e a retirada da mão estará mediada pela lembrança da experiência anterior. (OLIVEIRA, 1997, p. 26)

Oliveira (1997) afirma que para Vygotsky é o trabalho que, pela ação transformadora do homem sobre a natureza, une homem e a natureza e cria a cultura e a história humana. O homem, pelo trabalho desenvolve a atividade coletiva, as relações sociais, a criação e utilização de instrumentos, ou seja, esse instrumento é um objeto social e mediador da relação entre o indivíduo e o mundo, é o processo básico que caracteriza o homem como espécie diferenciada.

Os animais, diferentemente do homem, não produzem, deliberadamente, os instrumentos com objetivos específicos, não guardam os instrumentos para uso futuro, não preservam sua função como conquista a ser transmitida a outros membros do grupo social. São capazes de transformar o ambiente num

momento específico, mas não desenvolve sua relação com o meio num processo histórico-cultural, como o homem. (OLIVEIRA, 1997, p. 29)

Os instrumentos são elementos externos ao indivíduo, sua função é provocar mudanças nos objetos, controlar processos da natureza. Nesse sentido, Vygotsky trabalha com a noção de que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, mas uma relação mediada por meio dos instrumentos e signos. Os signos são elementos que representam ou expressam outros objetos, situações, ou seja, auxiliam o homem em tarefas que exigem memória ou atenção como, por exemplo, a figura feminina na porta do banheiro feminino indicando que o banheiro é feminino.

São inúmeras as formas de utilizar signos como instrumentos que auxiliam no desempenho de atividades psicológicas. Fazer lista de compras por escrito, utilizar um mapa para encontrar determinado lugar, fazer um diagrama para orientar a construção de um objeto, dar nó num lenço para não esquecer um compromisso são apenas alguns exemplos de como constantemente recorremos à mediação de vários tipos de signos para melhorar nossas possibilidades de armazenamento de informações e de controle da ação psicológica. (OLIVEIRA, 1997, p. 30-31)

Vygotsky realizou diversos experimentos para compreender o papel dos signos na atividade psicológica.

A própria ideia de que o homem é capaz de operar mentalmente sobre o mundo- isto é fazer relações, planejar, comprar, lembrar, etc.- supõe um processo de representação mental. Temos conteúdos mentais que tomam o lugar dos objetos, das situações e dos eventos do mundo real. Quando pensamos em um gato, por exemplo, não temos na mente, obviamente, o próprio gato; trabalhamos com uma ideia, um conceito, uma imagem, uma palavra, enfim, algum tipo de representação, de signo, que substitui o gato real sobre o qual pensamos. (OLIVEIRA, 1997, p. 35)

Outro tópico destacado nas obras de Vygotsky refere-se à interação dos indivíduos no processo de desenvolvimento do ser humano.

A interação face a face entre indivíduos particulares desempenha um papel fundamental na construção do ser humano: é através da relação interpessoal concreta com outros homens que o indivíduo vai chegar a interiorizar as formas culturalmente estabelecidas de funcionamento psicológico. Portanto, a interação social, seja diretamente com outros membros da cultura, seja através dos diversos elementos do ambiente culturalmente estruturado, fornece a matéria prima para o desenvolvimento psicológico do indivíduo. (OLIVEIRA, 1997, p. 38)

A criança incorpora no contexto cultural as formas de comportamento consolidadas pela experiência humana. É importante destacar que:

A cultura não é pensada por Vygotsky como algo pronto, mas como uma espécie de "palco de negociações", em que seus membros estão num constante movimento de recriação e reinterpretção de informações, conceitos e significados. (OLIVEIRA, 1997, p. 38).

As origens das funções psicológicas superiores ocorrerem nas relações sociais estabelecidas entre os indivíduos. Nesse sentido, “Para Vygotsky o fundamento do funcionamento psicológico tipicamente humano é social e, portanto, histórico.” (OLIVEIRA, 1997, p. 40). Os elementos mediadores na relação entre o homem e o mundo são: os instrumentos, signos e todos os elementos do ambiente humano carregados de significado cultural que são fornecidos pelas relações entre os homens.

3.2- A questão da interação social à luz de Vygotsky e Piaget

Ambos teóricos desenvolveram pesquisas na área da psicologia com objetivo de compreender o comportamento humano. Na abordagem do sócio interacionista de Vygotsky (1896-1934), a criança se desenvolve e aprende por meio da interação social com seus pares, ou seja, por meio da interação com outras pessoas, com um adulto ou outra criança. Para o autor, a criança está inserida numa cultura, e essa cultura exerce forte influência, tanto no seu aprendizado, como no comportamento; por isso o desenvolvimento da criança ocorre no entorno do meio social em que ela está inserida.

Desde o nascimento, o bebê está em constante interação com os adultos, que não só asseguram sua sobrevivência, mas também medeiam a sua relação com o mundo. Os adultos procuram incorporar as crianças à sua cultura, atribuindo significado às condutas e aos objetos culturais que se formaram ao longo da história. O comportamento da criança recebe influências dos costumes e objetos de sua cultura, como por exemplo, em nossa cultura urbana ocidental: dorme no berço, usa roupas para se aquecer e, mais tarde, talheres para comer, sapatos para andar etc. Inicialmente a relação da criança com o mundo dos objetos é mediada pelos adultos. (REGO, 1995, p. 59)

Na abordagem interacionista do biólogo e filósofo suíço Jean Piaget (1896-1980), a aprendizagem da criança acontece por meio da interação dela com o meio e com os objetos desse meio, o desenvolvimento da criança acontece por estágios. Suas pesquisas pretendiam compreender o homem, a evolução mental da criança e os problemas epistemológicos.

O estágio da inteligência senso motora (anterior a linguagem), das regulações afetivas elementares e das primeiras fixações exteriores da afetividade. (...). O estágio da inteligência intuitiva, dos sentimentos interindividuais espontâneas e das relações sociais de (...). O estágio das operações intelectuais concreta (começa da lógica) e dos sentimentos morais e sociais de cooperação (de sete a onze –doze anos). (PIAGET, 1999, p.15)

De acordo com Piaget (1999), o período que vai do nascimento até a aquisição da linguagem é decisivo para a criança. Nessa fase acontece a assimilação do mundo exterior. Com o aparecimento da linguagem, as condutas das crianças são modificadas tanto no aspecto afetivo como no intelectual, através da linguagem a criança torna-se capaz de contar suas

ações já realizadas em forma de conversas e de antecipar ações futuras, “a linguagem conduz à socialização das ações.” (PIAGET, 1999, p.27). Para o autor, a aquisição da linguagem, inicia-se com a socialização efetiva da inteligência, no entanto, na fase pré-operatória algumas características ainda limitam a socialização de trocas intelectuais equilibradas.

Segundo La Taille (1992), para Jean Piaget a criança se torna um ser social, a partir do momento que ela “consegue relacionar-se com seus semelhantes de forma equilibrada.” (LA TAILLE, 1992, p.14). Para que ocorra o equilíbrio, são necessários interlocutores que possam cumprir as regras por meio da relação social, mas para que haja esse equilíbrio é preciso que os sujeitos estejam no mesmo estágio de desenvolvimento. Na concepção de Piaget, a criança com menos de cinco anos “ainda não é capaz de participar de relações sociais que expressam um equilíbrio de trocas intelectuais”. (LA TAILLE, 1992, p.14).

Para o autor, a criança pequena apresenta dificuldades de socializar com seus pares, “(...), a criança pequena tem extrema dificuldade em se colocar no ponto de vista do outro, fato que a impede de estabelecer relações de reciprocidade.” (LA TAILLE, 1992, p.15).

Falta-lhe, em primeiro lugar, a capacidade de aderir a uma escala comum de referência, condição necessária ao verdadeiro diálogo. Vendo, por exemplo, crianças de 4 anos conversando entre elas, (...), e que (...). Verifica-se a mesma coisa no jogo de regras: cada uma segue as suas próprias, sem parecer sentir necessidade de regular as diferentes condutas a partir de uma referência única. (LA TAILLE, 1992, p.15).

O biólogo Piaget apoiou-se na biologia para compreender o desenvolvimento da inteligência humana.

Podemos encontrar na obra de Piaget questões referentes à afetividade e inteligência. De acordo com o autor, a afetividade e a inteligência são dos aspectos indissociáveis para conduta humana.

Ainda segundo Piaget (1999), no aspecto afetivo, acontece com a criança uma série de transformações no desenvolvimento dos sentimentos interindividuais, como afeição, simpatias, antipatias, respeito etc., esses sentimentos estão relacionados à socialização das ações e ao aparecimento dos sentimentos morais provenientes das relações estabelecidas entre adultos e crianças. Piaget afirma que:

Quanto ao comportamento coletivo das crianças, constata-se depois dos sete anos, notável mudança nas atitudes sociais como, por exemplo, no caso dos jogos com regras. Sabe-se uma brincadeira coletiva, com bolas de gude, supõe um grande e variado número de regras, sobre o modo de jogar bolas, as localizações, a ordem sucessivas dos lançamentos, os direitos de apropriação no caso de ganhar etc.(...). Na primeira infância, os jogadores de quatro a seis anos procuram imitar os exemplos dos mais velhos e observam mesmo algumas regras; mas cada um só conhece uma parte delas e durante o jogo não se importa com as regras do vizinho, quando este é da mesma idade, na

verdade cada qual joga à sua maneira, sem coordenação nenhuma. (PIAGET, 1999,p.41)

Para Vygotsky (1998), a psicologia de Jean Piaget “revolucionou o estudo da linguagem e do pensamento da criança.” (Vygotsky, 1998, p. 10), ao desenvolver seu método clínico para investigar as ideias da criança, e assim pode estudar a percepção e a lógica infantil. O biólogo e psicólogo, através de sua teoria, demonstrou que a diferença entre o pensamento infantil e o pensamento adulto era mais qualitativa do que quantitativa. (VYGOTSKY, 1998, p. 10). Piaget e Vygotsky concordam no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual da criança, para ambos o pensamento da criança é qualitativamente diferente ao pensamento do adulto. No entanto, seguem abordagens distintas para compreender o desenvolvimento e a relação entre pensamento e linguagem.

Segundo Luria (1988) para Vigotskii as fases do desenvolvimento da relação fala-pensamento são as seguintes. No início, os aspectos motores e verbais do comportamento encontram-se misturados.

Na teoria de Vygotsky podemos encontrar presentes em suas obras questões referentes ao desenvolvimento do pensamento e da linguagem, para o autor, eles estão inter-relacionados.

Com o auxílio da imitação na atividade coletiva guiada pelos adultos, a criança pode fazer muitos mais do que com sua capacidade de compreensão de modo independente. A diferença entre o nível das tarefas realizáveis com o auxílio dos adultos e o nível das tarefas que podem desenvolver com uma atividade independente define a área de desenvolvimento potencial da criança. (VIGOTSKII, 1988, p. 112)

De acordo com Rego (1995), Vygotsky se preocupou em pesquisar o desenvolvimento da inteligência prática da criança na fase em que ela começa a falar, “a linguagem tanto expressa o pensamento da criança como age como organizadora desse pensamento.” (REGO, 1995, p. 64). Para o autor, a linguagem possui duas funções básicas, a função de intercâmbio social e a função pensamento generalizante.

A função principal é a de intercâmbio social: é para se comunicar com seus semelhantes que o homem cria e utiliza os sistemas de linguagem. Essa função de comunicação com os outros é bem visível no bebê que está começando a aprender a falar: ele não sabe ainda articular palavras, nem é capaz de compreender o significado preciso das palavras utilizadas pelos adultos, mas consegue comunicar seus desejos e seus estados emocionais aos outros através de sons, gestos e expressões. É a necessidade de comunicação que impulsiona, inicialmente, o desenvolvimento da linguagem. (OLIVEIRA, 1997, p. 42)

Para agir coletivamente o ser humano cria sistema de comunicação que permite a troca de informações específicas. “O desenvolvimento humano, o aprendizado e as relações entre

desenvolvimento e aprendizado são temas centrais nos trabalhos de Vygotsky” (OLIVEIRA, 1997, p. 56).

A fala envolve (...), a conversação orientada pelo objeto, as expressões emocionais e outros tipos da fala social. Em virtude de a criança estar cercada pelos membros mais velhos da família, a fala começa, cada vez mais, (...), o que permite que a criança indique o que está fazendo e quais são suas necessidades. (...), a criança, fazendo distinções para os outros com auxílio da fala, começa, (...), a fazer distinções para si mesma. (...), a fala deixa de ser apenas um meio para dirigir o comportamento dos outros e começa a desempenhar a função de auto direção. (LURIA, 1988, p.30)

Oliveira (1997) afirma que a preocupação com a questão do desenvolvimento do homem e a importância dos processos de aprendizado está presente em toda obra de Vygotsky, por meio de suas pesquisas ele buscava compreender a origem e o desenvolvimento dos processos psicológicos ao longo da espécie humana e da história individual, o desenvolvimento da espécie, dos grupos culturais, dos indivíduos são temas centrais de suas pesquisas.

(...) é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos do indivíduo liga o desenvolvimento da pessoa a sua relação com o ambiente sociocultural em que vive e a sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos de sua espécie. (OLIVEIRA, 1997, p. 58)

A criança, ao interagir e dialogar com os membros de sua cultura, aprende a usar a linguagem como instrumento do pensamento e como meio de comunicação. Vygotsky atribui uma enorme importância à dimensão social, a questão da interação entre aprendizado e desenvolvimento são temas destacados pelo psicólogo russo.

Ele analisa essa complexa questão sob dois ângulos: um é o que se refere à compreensão da relação geral entre o aprendizado e o desenvolvimento; o outro, às peculiaridades dessa relação no período escolar. Faz esta distinção porque acredita que, embora o aprendizado da criança se inicie muito antes dela frequentar a escola, o aprendizado escolar introduz elementos novos no seu desenvolvimento. Vygotsky identifica dois níveis de desenvolvimento: um se refere às conquistas já efetivadas, que ele chama de nível de desenvolvimento real ou eletivo, e o outro, nível de desenvolvimento potencial, que se relaciona às capacidades em vias de serem construídas. (REGO, 1995, p. 72)

O que a criança aprende dentro do espaço escolar auxilia no seu desenvolvimento, através das relações interpessoais. Para Vygotsky, a escola não é o único espaço social onde a criança pode aprender, já que ela participa de outros espaços sociais, como a família, que agregam valores e conhecimentos. Por meio de sua teoria sociointeracionista sobre o desenvolvimento infantil, Vygotsky definiu que a criança tem capacidade de construir, conhecer e aprender a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o ambiente. Acreditava

que a formação do indivíduo se dava através das relações dos indivíduos em sociedade, isto é, as trocas de experiências no contexto social que os modifica.

A interação social é um processo que se dá a partir e por meio de indivíduos com modos de agir determinados histórica e culturalmente, (...). Nos seus processos interativos, as crianças não apenas recebem e se formam, mas também criam e transformam – são constituídas na cultura e também são produtoras de cultura. São sujeitos ativos que participam e intervêm no que acontece ao seu redor. Suas ações são também forma de reelaboração e recriação do mundo. Desde que nasce, o bebê reage ao entorno, ao mesmo tempo em que provoca reações naqueles com os quais se relaciona. As ações da criança são simultaneamente individuais e únicas, porque são suas formas de ser e de estar no mundo, constituindo sua consciência e sua subjetividade, e coletivas na medida em que são contextualizadas e situadas histórica e socialmente. (VYGOTSKY 1991; 1993, apud CORSINO, 2006, p.28)

Para Vygotsky, a relação entre o indivíduo e o ambiente é fundamental para um aprendizado, ou seja, através da interação do indivíduo com o ambiente, ocorre a transformação do ambiente pelo homem e do homem pelo ambiente. Segundo o autor, o ser humano ao interagir com a sociedade, transforma-se e é ao mesmo tempo transformado.

Na concepção de Vygotsky, as interações com os adultos detentores de conhecimento e cultura favorecem o desenvolvimento da criança. O adulto ao interagir com a criança utiliza a linguagem como um meio de comunicação e, por meio dessa troca de mensagem estabelecida com a criança, os adultos informam os nomes dos objetos, e assim as crianças aprendem por meio das experiências com os adultos. Dessa forma, tanto a aprendizagem como o desenvolvimento estão entrelaçadas, ou seja, uma acompanha a outra.

De acordo com a teoria de Vygotsky, o educador será sempre um mediador na relação ensino e aprendizagem, pois cabe ao professor promover situações que incentivem a construção do conhecimento no aluno. Dessa forma, tanto o conceito de interação social como a de zona de desenvolvimento proximal são importantes no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Vygotsky, a criança apresenta em seu processo de desenvolvimento um nível que ele denominou de desenvolvimento real e potencial. O primeiro nível de desenvolvimento é o real, e refere-se a etapas já conquistadas pela criança, ou seja, às coisas que a criança já consegue fazer sem auxílio de outra pessoa. O segundo nível conhecido como potencial refere-se à capacidade de realizar tarefas com ajuda de outros. O que a criança pode fazer hoje com a ajuda dos adultos ou dos iguais certamente fará amanhã sozinha. Através da zona de desenvolvimento proximal a criança é exposta a aprendizagens novas, por meio da colaboração de um adulto. Para Vygotsky (2007, p. 98), “aquilo que é a zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã, ou seja, aquilo

que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã." O nível de desenvolvimento real refere-se às conquistas que já estão consolidadas pela criança, ou seja, àquelas funções ou capacidades que ela já aprendeu e domina. Este desenvolvimento indica os processos mentais da criança que já se estabeleceram e os ciclos de desenvolvimento que já se completaram. No nível de desenvolvimento potencial a criança realiza tarefa e soluciona problemas através do diálogo, da colaboração, da imitação, da experiência compartilhada e das pistas que lhe são fornecidas.

O que uma criança é capaz de fazer com auxílio dos adultos chama-se zona de desenvolvimento potencial. Isto significa que, com auxílio desse método, podemos medir não só o processo de desenvolvimento até o presente momento e os processos de maturação que já produziram, mas também os processos que estão ainda ocorrendo, que só agora estão amadurecendo e desenvolvendo-se. (...). A área de desenvolvimento potencial permite-nos, pois, determinar os futuros passos da criança e a dinâmica do seu desenvolvimento e examinar não só o que o desenvolvimento já produziu, mas também o que produzirá no processo de maturação. (...). Portanto, o estado de desenvolvimento mental da criança só pode ser determinado referindo-se pelo menos a dois níveis: o nível de desenvolvimento efetivo e a área de desenvolvimento potencial. (VIGOTSKII, 1988, p. 112 -113).

Na teoria de Vygotsky, os conceitos são formados no sujeito a partir da relação entre o pensamento e a linguagem. Precisamos nos comunicar, e uma das formas que utilizamos para nos comunicar com outras pessoas é por meio das palavras. As crianças aprendem a falar com ajuda dos mais velhos, ao ouvi-los, e assim aprendem a oralidade. O adulto tem um papel importante na transmissão de conhecimento para as gerações mais novas, ou seja, o adulto sempre está informando algo novo para a criança. Ela internaliza essa informação por meio dos processos de pensamento, atenção, memória, etc. A criança, ao internalizar esses conceitos a partir do meio em que vive, como a família, aprende valores, costumes e cultura do seu contexto social. Para o autor, a aprendizagem está sempre interagindo com o desenvolvimento.

A criança se desenvolve intelectualmente a partir do processo de internalização das informações adquiridas através da interação social do meio em que está inserida. Ao trocar experiências com outra criança, ambas internalizam conhecimentos e modificam seus comportamentos. Ao passarem pelas mesmas situações, irão agir de formas diferentes diante das mesmas situações já vivenciadas, pois as experiências adquiridas por elas ficaram guardadas na memória esperando um momento adequado para por em prática.

Na concepção de Vygotsky, a brincadeira permite a criança satisfazer algumas necessidades que na vida real não podem ser realizadas. Por isso, a criança utiliza-se da brincadeira para realizar seus desejos. Na brincadeira a criança abusa da imaginação, tem

momentos que imita o papel de ser mãe; em outros momentos brinca de ser professora, médica, veterinária etc., utiliza objetos simbolizando outros objetos na brincadeira, estabelece as regras na brincadeira, escolhe que pode brincar na brincadeira. Enfim, traz o mundo do adulto para sua brincadeira e tem liberdade para falar o que pensa.

3.3- A brincadeira e o jogo como experiência social para as crianças

Para muitos autores, as palavras brincadeira e jogo possuem vários significados, o que causa certa dificuldade em defini-las. Sendo assim, alguns autores definem a palavra brincadeira como uma atividade que a criança desenvolve em qualquer espaço, em casa, na rua, na escola e não tem como objetivo um valor educativo.

A brincadeira na concepção de Kishimoto significa:

É a ação que a criança desempenha ao concretizar as regras do jogo, ao mergulhar na ação lúdica. Pode-se dizer que é o lúdico em ação. Desta forma, brinquedo e brincadeira relacionam-se diretamente com a criança e não se confunde com o jogo. (KISHIMOTO, 2011, p.24).

Segundo o Dicionário Aurélio, (2000, p. 109) a palavra brincadeira pode ser entendida como: Ato ou efeito de brincar. Brinquedo. Entretenimento, passatempo, divertimento, brinquedo. Gracejo, pilhéria. Divertir-se, entreter-se.

Para a autora Wajskop, que desenvolveu pesquisas sobre o brinquedo, brincadeiras na pré-escola, com base no referencial teórico da psicologia sócio- histórica de Vygotsky considera que:

A brincadeira, na perspectiva sócio histórica e antropológica, é um tipo de atividade cuja base genética é comum à arte, ou seja, trata-se de uma atividade social, humana, que supõe contextos sociais e culturais, a partir dos quais a criança recria a realidade através da utilização de sistemas simbólicos próprios. (WAJSKOP, 2009, p. 28)

A autora apresenta uma concepção sócio histórica do brincar, com base no trabalho de Vygotsky. Para Wajskop, a brincadeira, “está associada a uma nova imagem de criança que vem sendo construída em função do seu status social, a partir dos séculos XVI e XVII.” (WAJSKOP, 1995, p. 62)

Para Wajskop (2009), a brincadeira apresenta três características, imitação, imaginação e regras, a criança ao brincar, de brincadeiras de faz de conta e de brincadeiras de papéis desenvolve sua imaginação, através de ações significativas.

Portanto, a brincadeira é uma situação privilegiada de aprendizagem infantil onde o desenvolvimento pode alcançar níveis mais complexos, exatamente pela possibilidade de interação entre seus pares em situação imaginária e pela

negociação de regras de convivência e de conteúdos temáticos. (WAJSKOP, 2009, p. 35)

Segundo o psicólogo russo sociointeracionista Vygotsky (2007), tanto a brincadeira, como jogo e o brinquedo, são atividades essenciais da infância. A brincadeira pode ser compreendida como uma atividade onde a criança é livre para brincar sozinha ou coletivamente, não tem como objetivo uma ação educativa ou de aprendizagem; a criança quando inicia uma brincadeira a realiza para seu prazer. Toda brincadeira envolve a utilização de regras, como a brincadeira de casinha, onde a mais velha exerce o papel de mãe e a mais nova de filha, entre outros.

O brincar é uma ação livre, que surge espontaneamente a qualquer hora, pode ser iniciada ou conduzida pela criança, é uma atividade que envolve prazer, relaxa, ensina regras de convivência em sociedade, amplia o vocabulário, desenvolvem inúmeras habilidades.

Para CORSINO (2006, p.7), “A brincadeira é fundamental para a criança interagir e construir conhecimentos sobre si mesma e sobre a realidade que a cerca.” De acordo com a autora, a brincadeira também é uma forma particular de comunicação, envolve prazer, recreação, “espaço onde as crianças podem agir por conta própria, tomar decisões, dar novo sentido às coisas.” (CORSINO, 2006, p.7)

As brincadeiras espontâneas – “faz-de-conta” – são orientadas por regras que vão sendo estabelecidas e negociadas enquanto se brinca, seguindo o rumo da fantasia, pois para exercer um determinado papel social é necessário que a criança haja de acordo com o que se espera do exercício daquele papel. Desta forma, faz uso de regras sociais, assumindo discursos e posturas. (CORSINO, 2006, p.7)

Segundo o Dicionário Aurélio, (2000, p. 408), a palavra jogo pode ser entendida como: atividade física ou mental em sistemas de regras que definem a perda ou o ganho; passatempo.

Segundo Kishimoto, (2011), por ser o jogo uma categoria, que assume significado distinto, diversas pesquisas foram realizadas em diferentes áreas acerca do tema por historiadores, filósofos como Aristóteles e Platão, antropólogos, psicólogos e educadores. Para compreender a natureza do jogo, é preciso identificar as características comuns que permitem classificar situações entendidas como jogo, ou seja, o termo jogo apresenta características comuns e especificidades, que permitem classificar situações diferentes como jogo.

Pode-se estar falando de jogos políticos, de adultos, crianças, animais ou amarelinha, xadrez, adivinhas, contar histórias, brincar de “mamãe e filhinha”, futebol, dominó, quebra-cabeça, construir barquinho, brincar na areia e uma infinidade de outros.

Tais jogos, embora recebam a mesma denominação, têm suas especificidades. Por exemplo, no faz de conta, há forte presença da situação imaginária; no jogo de xadrez, regras padronizadas permitem a movimentação das peças. Brincar na areia, sentir o prazer de fazê-lo escorrer pelas mãos, encher e esvaziar copinhos com areia requer a satisfação da manipulação do objeto. (KISHIMOTO, 2011, p.15).

Para Kishimoto (2011) cada indivíduo interpreta a palavra “jogo” de uma maneira. A palavra apresenta diferentes significados que depende de como cada pessoa compreende o significado dela. O jogo pode ter inúmeros significados que dependem do contexto cultural de cada um. Nesse sentido, a dificuldade aumenta quando um mesmo comportamento pode ser visto como jogo ou não, isto é, uma mesma conduta pode ser ou não considerada como jogo em diferentes culturas. De acordo com o lugar e a época, o jogo apresenta significados diferentes. Devido à complexidade da palavra jogo, podemos defini-la como uma atividade que favorece o desenvolvimento físico, social, intelectual, afetivo e moral. Os jogos para a maioria dos adultos são vistos como um entretenimento que envolve prazer, divertimento e a possibilidade de fazer novas amizades. No jogo, há regras explícitas, como nas brincadeiras de amarelinha, e regras implícitas, como nas brincadeiras de faz de conta, onde a criança pode representar o papel de mãe que cuida da filha. Nessa brincadeira são desenvolvidas regras internas que ordenam e conduzem a brincadeira.

No jogo, a ação do jogador dependerá de fatores internos, de motivações pessoais, de estímulos externos e a condutada outros parceiros.

Independentemente de época, cultura, classes social, religião, raça, todas as crianças brincam e se divertem ao realizá-las, sejam brincadeiras de faz de conta, amarelinha, de roda, esconde-esconde etc.

Segundo Kishimoto (2011), desde a antiguidade greco-romana, o jogo é visto como uma atividade de recreação, ele proporcionava relaxamento para as atividades que exigiam esforço físico e intelectual.

O jogo, visto como recreação, desde os tempos passados, aparece como relaxamento necessário às atividades que exigem esforço físico, intelectual e escolar, tendo como representantes Sócrates, Aristóteles, Sêneca e Tomás de Aquino. Por longo tempo. O jogo infantil fica limitado à recreação. Na Idade Média, é considerado “não sério”, por sua associação ao jogo de azar, bastante praticado na época. Serve, também, para divulgar princípios de moral, ética e conteúdo de história, Geografia e outros, a partir do Renascimento, o período de compulsão lúdica. (KISHIMOTO, 2013, p.61-62)

Filósofos como Platão, Aristóteles, destacavam o papel do jogo na educação. De acordo com Kishimoto (2013), Frobel (1782-1852) filósofo do período romântico, não foi o primeiro teórico a analisar a questão do jogo como educativo, “Frobel foi o primeiro a colocá-

lo como parte essencial de trabalho pedagógico, ao criar o jardim de infância com uso dos jogos e brinquedos.” (KISHIMOTO, 2013, p.61). O filósofo valorizava a liberdade e a expressão da atividade espontânea da criança por meio de brincadeiras livres e espontânea, considerava as brincadeiras como elemento essencial para o desenvolvimento físico, intelectual e moral.

(...), sob a influência do pensamento e filosofia de suas épocas, cada um à sua maneira, os pedagogos Friedrich Froebel (1782-1852), Maria Montessori (1870-1909) e Ovide Decroly (1871-1932) elaboraram pesquisas a respeito das crianças pequenas, legando à educação grande contribuição sobre seu desenvolvimento. Estes foram os primeiros pedagogos da educação pré-escolar a romper com a educação verbal e tradicionalista de sua época. Propuseram uma educação sensorial, baseada na utilização de jogos e materiais didáticos, que deveria traduzir por si a crença em uma educação natural dos instintos infantis. (WAJSKOP, 2009, p.22)

O jogo como instrumento educativo surge no século XVI, como suporte da atividade didática, visando à aquisição de conhecimentos. Para Kishimoto (2011), O jogo educativo apresenta-se sob dois sentidos:

Sentido amplo: como o material ou situação que permite a livre exploração em recintos organizados pelo professor, visando ao desenvolvimento geral da criança e sentido restrito: como o material ou situação que exige ações orientadas com vistas a aquisição ou treinamento de conteúdos específicos ou de habilidades intelectuais. No segundo caso recebe, também, o nome de jogo didático. (KISHIMOTO, 2011, p.22)

O jogo é um instrumento pedagógico muito rico, todos os professores podem utilizar para desenvolver em seus alunos inúmeras habilidades e proporcionar vários conhecimentos. O lúdico é prazer momento de recreação vivenciado pela criança, onde há momentos de desenvolvimento, conhecimento e aprendizagem. “Para Froebel, a brincadeira é importante para o desenvolvimento da criança, especialmente nos primeiros anos.” (KISHIMOTO, 2013, p.68).

Para Friedmann (1996), os jogos e as brincadeiras apresentam características distintas e estão classificados de acordo com Piaget em simbólico, de exercício, regras.

Nas brincadeiras coletivas ou de regras, em partidas de bolhas de gude, por exemplo, os grandes se submetem a mesmas regras e ajustam seus jogos individuais aos outros, enquanto que os pequenos jogam cada um por si, sem se ocuparem das regras do companheiro. (PIAGET, 1999, p.26-27)

De acordo com Friedmann (1996), os jogos simbólicos, de exercícios, regras. Eles promovem o desenvolvimento dos aspectos afetivo, motor, cognitivo e social da criança.

Os jogos de exercício têm como finalidade o próprio prazer do funcionamento: por exemplo, quando uma criança empurra uma bola, vai atrás dela, volta e recomeça, ela o faz por mero divertimento. Esses jogos caracterizam as fases pré-verbal. (FRIEDMANN, 1996, p.28).

Para o teórico suíço, interacionista Jean Piaget (1999), o jogo simbólico aparece ao mesmo tempo em que a linguagem, desempenha um importante papel no pensamento da criança. Nesse jogo, a criança exerce uma atividade real do pensamento como, por exemplo, brincar de bonecas, de comidinha etc.

Por exemplo, a primeira forma de jogo simbólico que observei em um de meus filhos consistia em fingir que estava dormindo. Uma manhã, bem acordada e sentada na cama da sua mãe, (...). Pegou então o pedaço deste lençol, fechou firmemente mão, colocou seu polegar na boca, fechou os olhos e, continuando sentada, sorriu largamente. Temos, aí, o exemplo (...), mas ligado a um símbolo lúdico, que consiste em gestos apropriados imitando os que acompanham comumente determinada ação. (PIAGET, 1999, p.78).

Com o aparecimento da linguagem, o jogo de exercício tende a diminuir. Os jogos de exercício dizem respeito ao prazer da criança de praticar a ação. Piaget caracteriza o jogo de exercício em jogos sensório-motores, que são os jogos simples de exercício, como por exemplo, puxar uma corda, rolar uma bola; apresenta ainda os jogos de combinações sem finalidade, nos quais a criança cria novas expectativas diante do novo brinquedo destinado ao prazer, ora construindo no caso de jogos educativos como, por exemplo, o jogo de encaixe no qual a criança envolve-se empilhando as peças.

O autor afirma que:

Sua função consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos: a criança que brinca de boneca refaz sua própria vida, corrigindo-a à sua maneira, e revive todos os prazeres ou conflitos, resolvendo compensando-as, ou seja, completando a realidade através da ficção. (PIAGET, 1999, p.28-29).

Na concepção do sócio- interacionista e psicólogo russo Vygotsky, a brincadeira só tem significado quando a criança estabelece regras para que ela exista como brincadeira. Como confirma o teórico Vygotsky (2007), através do brincar a criança estabelece regras para que a brincadeira aconteça, as regras ocorrem de acordo com ambiente em que a criança está inserida e da cultura dos envolvidos.

Segundo o autor, para cada brincadeira construída a criança elabora regras, de como deve ser a brincadeira, e que pode se modificada a qualquer momento por outra.

A brincadeira pode ser um espaço privilegiado de interação e confronto de diferentes crianças com diferentes pontos de vista. Nesta experiência elas tentam resolver a contradição da liberdade de brincar no nível simbólico em contraposição às regras por elas estabelecidas, assim como o limite da realidade ou das regras dos próprios jogos aos desejos colocados. (WAJSKOP, 2009, p.33)

Para Wajskop, 2009, a brincadeira é uma atividade “em que as crianças, sozinhas ou em grupo, procuram compreender o mundo e as ações nas quais se inserem cotidianamente.” (WAJSKOP, 2009, p.33).

Durante uma brincadeira a criança desenvolve aspectos cognitivos, afetivos e sociais.

É, portanto, na situação de brincar que as crianças se podem colocar desafios e questões além de seu comportamento diário, levantando hipóteses na tentativa de compreender os problemas que lhes são propostos pelas pessoas e pela realidade com a qual interagem. Quando brincam, ao mesmo tempo em que desenvolvem sua imaginação, as crianças podem construir relações reais entre elas e elaborar regras de organização e convivência. (...) ao reiterarem situações de sua realidade, (...). Ao brincar, as crianças vão construindo a consciência da realidade, ao mesmo tempo em que já vivem uma possibilidade de modificá-la. (WAJSKOP, 2009, p.33)

Para Vygotsky, é através da brincadeira que a criança supre algumas de suas necessidades, também aprende e se desenvolve por meio da imaginação etc. Enfim, a brincadeira possui várias funções para o desenvolvimento da criança, social entre outras funções. Para ele, o brincar é definido pela ação imaginária da criança, ao considerar que o brincar atende necessidades que variam de acordo com a faixa etária das crianças. Segundo o autor, a criança quer, na brincadeira, satisfazer um desejo que muitas vezes na vida real não pode fazê-lo; por isso, na brincadeira ela cria um mundo fictício onde os desejos não realizados possam ser concretizados pela brincadeira. Vygotsky considera como brincadeira a capacidade de usar a imaginação para realizar um desejo.

O brincar é a atividade importante porque possibilita a criança o poder de tomar decisões enquanto brinca, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, e aos outros, e as coisas ao seu redor, compartilhar brincadeiras com os demais, de conhecer outras culturas, exercitar o corpo, os movimentos, experimentar novas situações, solucionar problemas e criar.

Para Corsino (2006,) à medida que as crianças crescem os jogos com regras vão sendo cada vez mais apreciados e compreendidos.

Com eles aprendem não apenas as regras, os objetivos e conteúdos do próprio jogo, mas também a se comunicar, a expressar e controlar sentimentos e emoções, a conviver, a esperar, a tomar decisões etc. Cabe ao professor ou às crianças mais experientes inserir os iniciantes nos jogos, explorar os suportes materiais e imateriais que dão sustentação a eles e acompanhar as jogadas iniciais, até entrarem propriamente no jogo. As crianças não dispõem o tempo todo dos mesmos interesses, competências e condições. Brincam de acordo com o que são capazes de fazer, ampliando gradativamente não só a sua capacidade de entender e participar de jogos com regras cada vez mais complexas, como sua expressão e a sua cultura lúdica. (COSINO, 2006, p. 8)

A criança se sente atraída pelo ambiente que a cerca, cada pequena atividade realizada é para ela uma possibilidade de aprender e pode se transformar numa brincadeira.

A brincadeira pode ser vista como uma atividade social e cultural. Por isso, esse espaço deve ser construído pela criança. As instituições de educação infantil devem pensar no brincar como uma atividade integrada na proposta pedagógica da escola e não como uma atividade de recreação. Onde houver uma criança, a ludicidade e o lúdico estarão sempre presentes. Para que haja ludicidade, a atividade deve possibilitar à criança momentos de prazer, entrega, diversão, interação com seus parceiros e promover momentos de aprendizagens entre outros. No lúdico, a criança cria se diverte, aprende através das experiências, realizadas em grupo, descobre o mundo a sua volta e aprende a interagir com ele. O lúdico, os brinquedos, as brincadeiras e jogos, possuem grande importância no desenvolvimento integral da criança.

Segundo a psicóloga Denise Pozas, em sua obra “Criança que brinca mais aprende mais” (2011). A palavra brincar significa:

Brincar é uma das principais atividades da criança. É por meio da brincadeira que ela revive a realidade constrói significados e os ressignifica momentos depois. Dessa forma, aprende, cria e se desenvolve em todos os aspectos. (POZAS, 2011, p.15)

De acordo com a autora, a brincadeira é uma das atividades principais da criança, onde ela é livre para expressar a realidade vivenciada por ela, dar novos significados aos acontecimentos da vida cotidiana e, através da brincadeira a criança aprende e se desenvolve intelectualmente.

A brincadeira, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, “[...] é uma imitação, transformada no plano das emoções e das ideias de uma realidade anteriormente vivenciada.” (Brasil, 1998, p.27). Nesse caso, a criança quando brinca, reproduz situações vividas no contexto em que ela está inserida.

Ainda segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, “No ato de brincar, os gestos, os sinais, os objetos, e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser. Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem [...]” (Brasil, 1998, p.27). A criança ao brincar, imita a realidade, usa a imaginação, dá novos significados aos objetos utilizados na brincadeira. Por exemplo, uma garrafa plástica pequena, durante uma brincadeira de bonecas pode ser utilizada como uma mamadeira, uma caixa de madeira se transforma em mesa, uma caixa de sapato se transforma em um berço, uma escova se transforma em telefone etc.

Cabe às escolas redimensionarem o papel da brincadeira para que essas atividades sejam pensadas na Educação Infantil. Os jogos e as brincadeiras são excelentes recursos didáticos para promover o desenvolvimento integral da criança.

O jogo, ao ser utilizado com um recurso pedagógico, é considerado de grande importância para o desenvolvimento cognitivo como, por exemplo, os jogos de construção que estimulam a criatividade, enriquece a experiência sensorial e desenvolve habilidade da criança. Como confirma Kishimoto:

Construindo, transformando e destruindo, a criança expressa seu imaginário, seus problemas. Dessa forma, quando está construindo, a criança está expressando suas representações mentais, além de manipular objetos. O jogo de construção tem uma estreita relação com o de faz de conta. (KISHIMOTO, 2011, p.45)

Para Kishimoto (2011), o educador ao utilizar o jogo em suas atividades em sala de aula, estará potencializando as situações de aprendizagem de seus alunos. No caso da brincadeira, a criança elabora estratégias de pensamento e ação para resolver um problema ou conflito.

Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso de linguagens, assim, como de suas capacidades sociais e de recursos e emocionais. (BRASIL, 1998, p.28).

De acordo com O Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998), as instituições de educação infantil devem oferecer para as crianças, das creches e pré-escolas, oportunidades para que elas possam brincar com outras crianças estimulando a interação entre elas.

Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. Ao mesmo tempo em que enriquece as possibilidades de comunicação e expressão, a linguagem representa um potente veículo de socialização. (BRASIL, 1998, p.22).

Para Oliveira (2010), através das brincadeiras e outras atividades oferecidas no cotidiano da Educação Infantil, a criança aprende a assumir papéis diferentes e, a se colocar no lugar de outra pessoa, aprende a controlar seu comportamento, desenvolver habilidades e construir sua identidade e autonomia. Segundo a autora, as experiências oferecidas pelas brincadeiras na Educação Infantil, possibilitam às crianças experiências sociais diversas das oferecidas em outros espaços familiares.

Notamos que o brincar pode parecer um ato simples e sem qualquer importância para uma criança, mas no fundo é uma fonte de informação, estímulos para a criança se desenvolver e interagir com outras crianças.

Segundo Kishimoto (2011), algumas crianças preferem brincar individualmente outras, em coletivo, o mais importante é oferecer espaços para que elas possam brincar sozinhas ou não.

Para Friedmann (1996), o jogo e a brincadeira podem desenvolver na criança várias habilidades motora, afetiva, cognitiva e social como, por exemplo, as brincadeiras de roda, onde as crianças viraram-se, mexem-se, falam, representam e promovem a interação entre seus pares.

È importante destacar além do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, outro documento que trata da questão do brincar no espaço de Educação Infantil na faixa etária de zero aos cinco anos, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), esse documento defende uma proposta de educação que respeite a diversidade cultural da criança, a promoção do enriquecimento de conhecimento para as crianças atendidas nessas instituições, reafirma a proposta colocada pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), a criança precisa de apoio em suas iniciativas espontâneas e incentivadas a: brincar com outras crianças; expressar sentimentos e pensamentos; desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão.

Cerisaria (2013), para compreender o comportamento das crianças pequenas, segue a abordagem sócio- histórica defendida pelo psicólogo russo Vygotsky. Para a autora, quando a criança brinca, assume um papel, cria uma situação imaginária, imita o comportamento do adulto. Sendo assim, afirma que:

Nesse sentido, a imitação assume um papel fundamental no desenvolvimento da criança em geral, e na brincadeira em especial, na medida em que indica que primeiro a criança faz aquilo que ela viu o outro fazendo, mesmo sem ter clareza do significado desta ação, para então, à medida que deixa de repetir por imitação, passar a realizar a atividade conscientemente, criando novas possibilidades e combinações. Assim sendo, a imitação não pode ser considerada uma atividade mecânica ou simples cópia de um modelo, uma vez que a criança, ao realizá-la, está construindo em nível individual, o que observou nos outros. (CERISARIA, 2013, p.130).

De acordo com a autora, as situações imaginárias criadas pela criança ao brincar, estão interligadas com a capacidade de imitação, assim como, as regras de comportamento que a criança traz consigo. Cerisaria (2013), o jogo na perspectiva sócio histórica é considerado como uma atividade social humana tendo como base o contexto sócio cultural do sujeito.

Como mencionado no decorrer dos capítulos anteriores, através da brincadeira a criança se expressa e conhece o mundo. E como sujeito histórico e social, ela precisa ter

contato com outras crianças, expressar suas ideias, seus sentimentos, conhecer outras culturais e não poderiam ser de outra forma a não ser por meio da brincadeira, onde elas são livres para escolher seus pares, expor suas ideias, suas angústias, usar a imaginação, ampliar o seu universo cultural e social, terem contato corporal com o próximo através da musicalidade e dramatizações etc.

Com o mundo cada vez mais informatizado, a comunicação entre as crianças, o desenrolar da brincadeira de rua, na calçada, foram perdendo espaço para as tecnologias como celulares, computadores etc. Percebe-se que estamos vivendo a cada dia que se passa, numa sociedade que valoriza mais as novas tecnologias, que encantam tanto adultos e crianças, e muitas delas, não valorizam hoje em dia, tanto as conversas realizadas em frente ao portão, as brincadeiras com o colega na rua, na calçada preferem passar horas em frente um computador, algumas ficam quase o dia inteiro sem falar com outra criança, outras não desgrudam do celular jogando. E com isso, muitas se afastam dos colegas da escola, da rua, do condomínio. Percebo que, nossas crianças estão deixando de lado as amizades construídas com os colegas da escola, da rua onde mora e dando mais valor os brinquedos tecnológicos. Isso me faz recordar, o período da minha infância, onde amizades eram construídas na escola e permaneciam durante a vida adulta.

3.4 - A brincadeira e o papel do professor na Educação Infantil

Segundo Friedmann (1996), o desenvolvimento e o aprendizado da criança se realizam em diversos lugares de seu dia-dia, dentro e fora do ambiente escolar, em contato com outras pessoas crianças ou adultos; com os meios de comunicação entre outros.

Para a autora, a brincadeira realizada na rua oferece oportunidade para criança interagir com outras crianças e desenvolver atividades físicas fundamentais para o desenvolvimento humano. Para ela, o brincar refere-se a uma linguagem ou forma de comunicação e expressão da natureza humana; brincar é uma experiência cultural, tão importante para a criança como para os adultos.

É através da convivência social com os outros que trocamos nossas experiências, aprendemos por meio dessas interações. Isto é, a interação entre os seres humanos é condição primordial para convivermos em sociedade.

A criança aprende e interiorizar as normas e valores de acordo com a cultura da sua família. A partir do momento em que passamos a frequentar outros espaços sociais, como a

escola, temos oportunidade de conhecer novas culturas, adquirir novos comportamentos, diferentes do grupo social no qual estamos inseridos, como por exemplo, a família.

Sendo assim, o processo de socialização é construído através do convívio social, do contato do dia-a-dia onde as pessoas criam laços afetivos, compartilham conhecimentos, trocas de experiências etc. É um processo constante que o indivíduo, através do contato social, pode modificar o seu comportamento e modo de agir e pensar, por ser influenciado pelas interações sociais estabelecidas pelos grupos nos quais está inserido.

A criança aprende através do convívio familiar os saberes transmitidos por ela, como as regras básicas de convívio em sociedade, valores e condutas de comportamento do grupo social no qual está inserido. Cada família repassa para as novas gerações os valores e costumes como elemento fundamental para a manutenção da cultura familiar. A criança internaliza esses valores e normas.

A família é o primeiro grupo social que a criança participa desde o seu nascimento e, através dela que a criança aprende os valores morais e sociais desse meio social que ela está inserida. A escola junto com a família é responsável pelo processo de socialização das crianças, pois no espaço escolar elas aprenderão a conviver com outras pessoas de culturas e valores diferentes, como também, aprenderão novas regras sociais, valores etc.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Brincar de roda, ciranda, pular corda, amarelinha etc. são maneiras de estabelecer contato consigo próprio e com o outro, de se sentir único e, ao mesmo tempo, parte de um grupo, e de trabalhar com as estruturas e formas musicais que se apresentam em cada canção e em cada brinquedo. (BRASIL, 1998, v.3, p.71).

De acordo com Friedmann (1996), a criança brinca com palavras, sons, com o próprio corpo e com o espaço. Algumas preferem brincar sozinhas, principalmente as crianças pequenas que são mais egocêntricas, dão vida os objetos e os brinquedos para se tornarem seus companheiros.

As atividades desenvolvidas pelos profissionais em sala de aula ou no pátio escolar devem ser organizadas de forma a proporcionar o desenvolvimento da criança e estimular a imaginação dela, pois através da brincadeira e o faz de conta a criança, além de brincar, desenvolve a linguagem. Portanto, a criança quando usa sua imaginação na brincadeira, expressa seu sentimento e se comunica com outras crianças envolvidas na brincadeira. Essa experiência para as crianças na Educação Infantil é muito importante, pois elas precisam vivenciar situações cotidianamente para desenvolver a imaginação. Brincando a criança desenvolve a capacidade de imaginar e aprende a conviver em grupo. Na brincadeira, a criança socializa, interage com o brinquedo e com o outro.

O desafio da descoberta leva a criança a refletir, a manipular, a agir, para solucionar uma situação-problema. O jogo lhe dá prazer. Ela aprende brincando e satisfeita. Como no jogo, a criança é livre pra criar, arriscar-se e errar sem censuras, e sua autoconfiança se desenvolve mais facilmente. Enquanto brinca, a criança pode ser incentivada a realizar contagens, comparar quantidades, identificar Algarismos, perceber intervalos numéricos, isto é, iniciar a aprendizagem dos conteúdos relacionados ao desenvolvimento do pensar aritmético. Por outro lado, brincar é uma oportunidade para perceber distâncias, desenvolver noções de velocidade, duração, tempo, força, altura e fazer estimativas envolvendo todas essas grandezas.

Através das atividades lúdicas, envolvendo jogos e brincadeiras, são elaboradas trocas de informações, criam-se situações que favoreceram o desenvolvimento da sociabilidade, da cooperação e do respeito mútuo entre os alunos, desenvolvendo também as noções de perto/longe, dentro/fora, pequeno/grande, grosso/fino, por baixo/por cima, na frente/atrás, cheio\vazio, maior/menor. No seu processo de desenvolvimento, a criança vai criando várias relações entre objetos e situações vivenciadas por ela. O professor de educação infantil deve dar à criança oportunidade para observar tudo que a rodeia, contando, comparando, medindo, etc.

A imaginação da criança desenvolve-se de acordo com a evolução do pensamento, ligado à memória, percepção, atenção. Assim, a criança modifica os processos mentais simples, sendo capaz de abstrair novos pensamentos. A criança utiliza os brinquedos de acordo com sua necessidade imediata. Assim, durante uma brincadeira, uma vassoura vira um cavalo, etc. No jogo de regras, ela aprende a aceitar e respeitar regras, esperar sua vez, aceitar o resultado, lidar com frustrações e aumenta o nível de motivação. São regras sociais impostas aos grupos que o executa, uma vez estabelecidas devem ser respeitadas na transmissão por fazer parte de geração em geração, como por exemplo, o jogo com bolinha de gude, que é passado dos mais velhos para os mais novos, com sua regra estabelecida.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, as brincadeiras são atividades que devem ser exploradas no cotidiano da Educação Infantil, visto que além de contribuir com o todo esse processo complexo de desenvolvimento da criança, também promove trocas afetivas, de aprendizagens e de relações sociais.

Para o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a construção do conhecimento para a criança acontece através das interações com outras pessoas e com o meio que o cerca. Essa interação pode ser realizada através de várias formas e, principalmente na brincadeira onde ela pode decidir como e com quem brincar.

A imaginação da criança desenvolve-se de acordo com a evolução do pensamento, ligado à memória, percepção, atenção. Assim, a criança modifica os processos mentais simples, sendo capaz de abstrair novos pensamentos, na medida em que ela interage com os outros, sobretudo pelo brincar. A criança utiliza os brinquedos de acordo com sua necessidade imediata. Assim, durante uma brincadeira, uma vassoura vira um cavalo, etc. No jogo de regras, ela aprende a aceitar e respeitar regras, esperar sua vez, aceitar o resultado, lidar com frustrações e aumenta o nível de motivação. São regras sociais impostas aos grupos que o executa, uma vez estabelecidas devem ser respeitadas na transmissão por fazer parte de geração em geração, como por exemplo, o jogo com bolinha de gude, que é passado dos mais velhos para os mais novos, com sua regra estabelecida. Mais uma vez percebe-se a força das relações sociais nessas situações, essas trocas, para além do prazer do próprio brincar, contribuem na ampliação da visão de mundo pela criança, na compreensão da dimensão e implicações da vida em sociedade.

Além disso, outra questão que merece destaque é as formas diferentes de brincar de meninos e meninas, elas sempre procuram brincar em grupos de meninas e os meninos em grupos de meninos. Observa também a questão, do espaço escolhido por todos os grupos. Nas brincadeiras, realizadas na quadra e pátio, os meninos tendem a ocupar a área principal do espaço e, as meninas geralmente brincam nos cantos da quadra e pátio.

De acordo com os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil, a criança também é um sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual ela participa de determinada cultura. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas. (BRASIL, 1998, p. 21).

De acordo com Kishimoto (2011), “a criança não nasce sabendo brincar, ela aprende através das interações com outras crianças e com os adultos. Ao observar outras crianças, ela aprende novas brincadeiras e suas regras”.

As crianças são diferentes umas das outras, na forma de falar, pensar, relacionar-se com os outros, tem preferência de brinquedo, não é qualquer brinquedo que a agrada. Algumas, quando brincam, querem tomar o brinquedo de outra criança, podendo surgir

conflitos que acarretam empurrões, mordidas, tapas etc. O educador, nessa hora, terá que intervir, para que a criança aprenda a controlar seus sentimentos, quando não consegue satisfazer o seu desejo de pegar o brinquedo. A intervenção do educador é fundamental para a criança aprender a enfrentar conflitos que surgirão ao longo da brincadeira.

A criança para aprender novas brincadeiras, precisa ter contato diário com outras crianças não só de sua faixa etária, mas com as mais velhas em espaços dentro e fora da instituição infantil.

A criança, para brincar com outra criança, precisa sentir-se segura, acolhida, com confiança para brincar com as outras. Uma das formas para incentivar a interação entre elas é a utilização de brinquedos ou brincadeiras tradicionais conhecidas pelo grupo como: pular corda, amarelinha, brincar com jogo da memória, brincadeiras de faz de conta, esconde-esconde, pique, brincadeira de roda, que facilitam a integração no grupo.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil (2009): “na Educação Infantil as interações e a brincadeira são eixos norteadores, que compõem a proposta curricular e fazem parte das práticas pedagógicas desse segmento de ensino”.

As brincadeiras são produções culturais da população transmitidas ao longo da história de uma geração a outra, pela oralidade. Algumas, com o tempo, sofrem modificações, recebem novos conteúdos; outras permanecerem com sua estrutura inicial.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver capacidades importantes tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (BRASIL, 1998, v.2, p. 22):

Algumas brincadeiras resistem ao tempo e são transmitidas de geração a geração através da tradição cultural; outras sofrem mudanças nas regras, devido à influência de outras culturas e dos meios de comunicação.

Para Vigotski (2007), o que diferencia a brincadeira de outras atividades realizada pela criança, está no fato de que nas brincadeiras há regras e imaginação, sejam elas explícitas ou não. A criança ao brincar se apoia na imaginação para reproduzir recordações ligadas a situações cotidianas, comportamentos, gestos. Por isso, o brincar é fundamental para a criança, seja ela de qualquer cultura, de qualquer época ou contexto social. A brincadeira independe da condição social, cultural, ela em qualquer espaço proporciona a criança um aprendizado, conhecimento, valores.

A criança, no espaço da Educação Infantil terá oportunidade de ampliar o convívio social, aprimorar sua capacidade motora, através de atividades apropriadas com a faixa etária dela, ou seja, o nível de desenvolvimento que ela se encontra. Nesse caso, as brincadeiras vão sendo substituídas por outras, à medida que o interesse da criança é transferindo para outros jogos.

Por isso, educar necessita, em princípio, desprendimento, firmeza, paciência, além do domínio dos conteúdos e metodologias. Daí a necessidade da motivação, do encantamento; motivação que deve vir de dentro do próprio aluno, oportunizada pelos estímulos do professor. O sentido de ensinar é fazer com que as crianças vejam as novas formas de perceber, ser, pensar e agir, e que vão auxiliar no uso do conhecimento, na resolução de problemas, construções de novos significados e pensamentos.

O desafio da descoberta leva a criança a refletir, a manipular, a agir, para solucionar uma situação-problema. O jogo lhe dá prazer. Ela aprende brincando e satisfeita. Como no jogo a criança é livre pra criar, arriscar-se e errar sem censuras, sua autoconfiança se desenvolve mais facilmente.

A imaginação da criança desenvolve-se de acordo com a evolução do pensamento, ligado à memória, percepção, atenção. Assim, a criança modifica os processos mentais simples, sendo capaz de abstrair novos pensamentos. A criança utiliza os brinquedos de acordo com sua necessidade imediata. Assim, durante uma brincadeira, uma vassoura vira um cavalo, etc. No jogo de regras, ela aprende a aceitar e respeitar regras, esperar sua vez, aceitar o resultado, lidar com frustrações e aumenta o nível de motivação. São regras sociais impostas aos grupos que o executa, uma vez estabelecidas devem ser respeitadas na transmissão por fazer parte de geração em geração, como por exemplo, o jogo com bolinha de gude, que é passado dos mais velhos para os mais novos, com sua regra estabelecida.

Segundo Kishimoto (2011), as brincadeiras infantis podem ser classificadas em: brincadeiras tradicionais infantis; brincadeiras de faz de conta e brincadeiras de construção. Em todas elas estão presentes valores culturais, regras de convivência, a imaginação, onde a criança expressa seus sonhos e fantasias de maneira lúdica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que a brincadeira é uma atividade essencial na Educação Infantil, onde a criança pode expressar suas ideias, sentimentos e conflitos, mostrando ao educador e aos seus colegas como é o seu mundo, o seu dia-a-dia. A criança, a partir das observações, explora o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio, nesse sentido, ela coconstrutora de conhecimento, identidade e cultura.

Ao comparar o modo como as crianças do século XVII brincavam, e das crianças da nossa época, podemos notar algumas modificações ocorridas ao longo dos anos, não apenas nas regras incorporadas às brincadeiras. Hoje, em nossa sociedade, há uma separação entre as brincadeiras de meninos e meninas; os meninos não podem ser vistos brincando de casinha e de boneca; com as meninas, os pais tratam logo de dizer que meninos não brincam de casinha e boneca, e sim de carrinho, de futebol, de luta. As meninas brincam de casinha e de boneca.

Tornou-se uma questão cultural, os pais incentivarem os meninos desde pequenos, a brincarem separados das meninas. Pelo brincar os papéis sociais vão sendo demarcados em função dos modos de pensar, sentir e agir dos membros de dada cultura.

Em nossa cultura, os homens, não costumam aceitar muito bem que os meninos possam participar das mesmas brincadeiras com as meninas como, por exemplo, brincadeiras de casinha, de roda, de amarelinha, de escolinha etc. Os pais, ainda não compreendem que numa brincadeira de casinha, o menino também pode participar sendo o pai, irmão, tio, primo, vizinho, o médico entre outros. Assim, como na brincadeira de casinha e, de rodas, as crianças interagem com seus pares, aprendem a enfrentar e resolver conflitos enquanto brincam, a conviver em grupos, ser solidário e cooperativo com os colegas etc.

Em qualquer lugar e época, a brincadeira será sempre uma atividade que proporcionará à criança o prazer, o divertimento, a emoção, o desafio de viverem novas aventuras, sejam elas brincadeiras livres ou dirigidas, dentro da sala de aula, no pátio, na quadra etc.

Enfim, se observarmos ao nosso redor, encontraremos situações em que, nem toda criança pode desfrutar de sua infância, como deveria aproveitar para brincar com outras crianças, correr, pular, andar de bicicleta, viver as descobertas e experiências da infância. Hoje, muitas das crianças no Brasil e no mundo, vivem abandonadas pelas ruas, sem carinho da família, outras trabalham para sustentar a família ou para ajudar a complementar a renda familiar e, com isso, muitas deixam de ir à escola.

Para algumas crianças, a escola é o único lugar onde elas possam interagir com outras crianças, ter atenção e carinho de um adulto; muitas ao chegarem em casa não encontrarão seus pais em casa e ficarão o dia inteiro sozinhas sem ter ninguém para conversar e brincar com elas.

Ao longo deste trabalho, mostramos que o brincar é essencial para o desenvolvimento infantil, pois ele proporciona inúmeros benefícios à criança como já mencionado, pelos pensadores, à luz da psicologia, principalmente, reverberam essa ideia.

Logo, a partir das perspectivas de análise aqui apresentadas, podemos concluir que as propostas educacionais para a educação infantil devem valorizar o brincar, seja ele dirigido ou livre, visto que é fonte de inúmeros benefícios para a criança nos aspectos biológicos, psíquicos, sociais, afetivos e culturais.

REFERÊNCIAS

- Ariès, Philippe. História Social da criança e da Família: 2ª ed. Rio de Janeiro; LTC, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei Federal n.º 9.394, de 26/12/1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF-2006.
- CORSINO, Patrícia. O Cotidiano na Educação Infantil- Boletim 23, novembro 2006. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/publicações/cp/arquivos>. Acesso em 02/02/2014.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FRIEDMANN, Adriana. Brincar, Crescer e Aprender: O Resgate do Jogo Infantil. São Paulo: Moderna, 1996.
- GARCIA, Regina Leite (org.) revisitando a pré-escola. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo, Cortez, 2011.
- _____, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 2011.
- _____, T. M.. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2002.
- KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce. 3ª ed.- Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. VYGOTSKY - Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio- histórico. São Paulo: Scipione, 1997.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. O que é brinquedo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2010.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: muitos olhares: São Paulo: Cortez, 2010. 9ª ed.
- POZAS, Denise. Criança que brinca mais aprende mais: a importância da atividade lúdica para o desenvolvimento cognitivo. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2011.
- PIAGET, Jean. Seis Estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky – Uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

VASCONSCELLOS, Vera M^a Ramos de. Educação da Infância: História e Política- (Org.)- Niterói: ed. da UFF, 2011.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____,L.S; LURIA, Alexandre R.; Leontiev, Alex, N.- Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone: ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. São Paulo: Cortez, 2009.